

O Cávado

Exmo. Sr.
Pro. Carlos de Oliveira Martins
Delegado Escolar
ESPALE

26 DE OUTUBRO DE 1973 — ANO XIII — II SÉRIE — N.º 1
ASSINATURA ANUAL (52 NÚMEROS) 120\$00 — NÚMERO AVULSO 3\$00

Quem somos? A que vimos?

Quem somos?
Homens de 1973, membros duma sociedade pluralista, dividida em opiniões somenos face aos grandes problemas de fundo, dos que exigem a inteligência e a vontade de todos nós.

Etiquetados como em toda a parte: Direitas, Centro, Esquerdas, ou coisíssima nenhuma.

Circunstâncias, que não vêm ao caso, impedem-nos de dizer o que pensamos. Referimo-nos de modo especial a Braga, onde uma imprensa pre-fabricada e tele-comandada nos dois campos, religioso e civil, têm a última — a única palavra! ... —, a melhor de todas e, porque o é, não admite reflexão, nem diálogo, fazendo-nos o extraordinário favor de pensar por nós e em nosso nome ...

Mesmo sem o nosso beneplácito ou contra o nosso parecer ...

E o resultado aí está: imobilismo, paralisia mental e prática.

O Palácio da Justiça, no civil, e o Rito Bracarense, no religioso, são em nossos dias o exemplo mais evidente da lamentável época, em que vivemos.

Uns tempos, pelo menos, do Minho e de Braga, em especial, estamos, assim, marginados, obrigados a um silêncio penoso e ... criminoso.

Criminoso para nós, os que, vivendo após o Vaticano II, a Carta dos Direitos do Homem, a Constituição Política Portuguesa e a actual Lei da Imprensa, temos o direito — e o dever ... — de afirmar em público o que pensamos em todos os problemas, a bem da comunidade.

Sem opinião pública, não há sociedade possível, nem religiosa nem civil.

Condição base dela — da opinião pública — é uma

(Continua na página 10)

Não estraguem a vida

Do rio que tudo arrasta se diz que é violento.
Mas ninguém diz violentas
As margens que o comprimem.

BERTOLT BRECHT

«O Cávado» vai ser um rio que corre.

Queremos que seja pleno de vitalidade, límpido, cristalino, correndo com suavidade no remanso das campinas e vergas, reflectindo o azul e levando água e vida a toda a parte onde possam estender-se as suas águas.

Não lhe comprimam as margens. Não o apertem. Deixem-no viver.

Se o apertam, inexoravelmente se converterá em caudal impetuoso, que não poderá deixar de avassalar

obstáculos, remover pedregulhos, escavar montes, arrancar pela raiz, arrastar ervas e lodos, e até sub-

mergir e afogar — ele que quer apenas ser veículo de vida estuante.

Não lhe comprimam as margens. Não o apertem. Deixem-no viver.

Em paz e bonança, em manso e poético deslizar, ele até pode servir para levar ao mar os escorros poluí-

(Continua na página 7)

Aos leitores

O êxito de um semanário em meios económicos depende do acolhimento favorável por parte dos leitores e sua colaboração com assinatura, difusão e propaganda entre outros possíveis interessados, além da indispensável colaboração escrita referente aos problemas que a todos nos afectam.

Este primeiro número é enviado um pouco à sorte. Depende agora dos leitores a resposta. Quem não quiser ficar assinante é favor devolver já o jornal para organizarmos os ficheiros de modo a estar tudo em ordem aquando do lançamento definitivo, em Janeiro próximo, querendo Deus. Então aparecerá o novo Director, o Chefe de Redacção, a equipa mais directamente responsável, e poderemos contar, assim o esperamos, com uma rede de colaboradores locais que possam emprestar ao semanário o interesse vivo que todos desejamos.

As dificuldades de montagem são enormes e por isso precisamos de tempo para nos organizarmos, pois pretendemos lançar um semanário incisivo e influente no Norte, já que cobrirá os distritos de Viana e Braga, sobretudo.

Muita ajuda nos prestarão todos aqueles que nos enviam novos assinantes e se prontificarem a tratar de assuntos de interesse para a região.

Para todos os assuntos de REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, dirija-se a:

Praça Conde de Agrolongo, 118
Braga — Telefone 23551

Horas de serviço:
10 a 12, e 14 a 18 horas todos os dias úteis

O semanário sairá às Sextas-feiras, para estar na mão dos leitores aos Sábados.

Novos rumos Novos horizontes

A publicação do presente número de «O Cávado» pretende regularizar a sua perio-

dicidade semanal e fundamentalmente, abrir-lhe um campo mais vasto de acção, onde possam encontrar eco tantas ansiedades, tantas esperanças ou amargas decepções das gentes deste norte lusitano.

Foi possível associar homens de boa vontade, com a noção perfeita das responsabilidades que assumem, para oferecer ao nosso laborioso Minho um meio vital de comunicação em que, com independência, com espírito

(Continua na página 8)

(Continua na página 7)

QUEM SÃO OS QUE TOMARAM A INICIATIVA?

O leitor há-de querer saber quem são os que decidiram tomar sobre si a responsabilidade de transformar o «Cávado» em semanário do Minho, a publicar, devidamente programado, a partir de Janeiro próximo futuro.

Três novos parques industriais. E Braga?

Em projecto a instalação de parques industriais em Évora, Coimbra e região de Braga.

O curioso do facto é o seguinte. Évora e Coimbra não se preocupariam com estudos acerca do projecto: querem que eles se concretizem o mais cedo possível. Braga, pelo contrário, melhor, a região de Braga, desejaria que os ditos projectos passassem à realidade sem mais estudos.

O que for preciso emendar far-se-ia, depois.
Será verdade?

Entre outros, os seguintes:

Eng. Armando Correia.
Dr. João Baptista Sousa Fernandes.
Dr. José Bernardino Amândio.
Dr. António José da Costa.
Cónego António Luís Vaz.
Manuel Maria Pereira Barbosa.
Dr. Fernando Lima.
José Ranbada.
Eng.º Raúl Pinto Machado.
P. Júlio Vaz.
Prof. Manuel Rodrigues
Dr. Albino José da Silva.
José Luís Pereira Barbosa.
José Silva Domingues.
Dr. António Manuel Sousa Fernandes.
Dr. Carlos Nuno Salgado Vaz.
Eng. António Pereira Lacerda.
José Dias de Castro.
Eng. Abel Rodrigues.
Jorge Dias de Araújo.
Eng. João Simões Vasconcelos.
Dr. António Macedo.

O leque de personagens que aqui figura servirá para o leitor, que os conheça, como aval gueto

de que pretendem apenas realizar um jornalismo sério, válido, de harmonia com a Constituição e a Lei da Imprensa Portuguesa, a *Communio et Progressio* e a Carta dos Direitos do Homem.

Não estão contra ninguém. Pretendem tão só levar ao conhecimento do público as informações necessárias para que ele forme um juízo por si e, livremente, intervenha na vida pública, religiosa ou civil.

SOB O SIGNO DA CONTINUIDADE

O período eleitoral que agora se vive em Portugal não constitui, para além duma relativa diminuição da tensão das correntes que normal-

mente servem de estorvo à liberdade de expressão tantas vezes reclamada, nenhum impedimento a uma continui-

(Continua na página 8)

ATRAVÉS

Carta de Amares

OS NOSSOS PROPÓSITOS

Amares, 23 — São tantos e tais os problemas que, na nossa futura actuação, não de ser objecto de estudo e reflexão nas colunas do «Cávado», que se torna difícil a simples enumeração.

É forçoso, todavia, que façamos a nossa apresentação aos leitores dum semanário que vai ser difundido, em toda a província e, em certa medida, em todo o País.

Pois bem:

Somos uma voz que sofre, que luta e se esforça para que haja menos injustiças no concelho, menos poluição política, menos podridão, menos calúnia, menos denúncias caluniosas em exposições vestidas da roupagem formal das instituições dirigidas por manigantes.

Somos contra a mentira e o aviltamento das instituições dirigidas de fora por trapaceiros profissionais, que têm em casa papel timbrado de cada organismo e sabem fazer a assinatura de todos os presidentes.

Somos contra todos os dirigentes que aceitaram um cargo que ou não exercem ou distorcem, que ficam parados e concordantes quando tomam conhecimento de que, nos gabinetes superiores, surgiram em seu nome e cobertos pela sua assinatura, exposições que não fizeram, officios que não escreveram, telegramas que ignoravam, denúncias caluniosas que afinal os enlameiam da própria lama que se queria atirar aos outros.

Somos contra o ataque cobarde ao funcionário de finanças digno, probo e diligente, ao médico impulsionado que das 24 horas do dia passa 16 a 18 votado à missão nobre de tratar dos outros, ao dirigente honesto (ainda os há) cuja vida brilha límpida aos olhos daqueles mesmos em cujo seio vive ao cidadão interessado na vida pública sem outro fim que não seja servir.

CAVETE, CONSULES

Impõe-se denunciar uma atitude superior perante certos processos inferiores que é inadmissível.

Surgem nos gabinetes ministeriais, nas direcções gerais, nas secretarias dum presidente distrital, dum governador, dum dirigente político ou administrativo, papéis, denúncias, exposições em que o humúnculo local, o tacanho, o atarracado mental, de alma mais pequena que o próprio corpo, ataca, enxovalha, suja, vilipendia, difama, calunia, numa palavra, amordaça a honra alheia.

Vai depois o atingido pedir uma cópia das acusações

e o dirigente, o alto responsável resolve guardar a coisa no arquivo confidencial. Não convém agitar. Nada de ondas ...

Ora, nós temos de proclamar aqui o sagrado direito de defesa.

A honra alheia não se discute, não se negocia, não é disponível, não é mercadoria que alguém se julgue com direito de administrar.

Sempre que haja imputação dum facto seja a quem for, não há interesse que sobreleve à justiça, não há razão que obste ao apuramento da verdade. Não há conveniência.

Há o sagrado direito de defesa.

Sempre que o superior cala uma imputação caluniosa e nega ao ofendido os normais meios de prova, faz-se conivente.

Mais: é um agressor da honra ofendida, na medida em que sem o seu silêncio e a sua recusa podia conseguir-se a reintegração moral e até patrimonial do atingido.

Oportunamente vamos denunciar os casos mais flagrantíssimos. — CORRESP.

BRAGA

PATRONATO DE N. SENHORA DA TORRE

Foi adjudicada a construção do recinto polivalente do Patronato de Nossa Senhora da Torre, incluindo os trabalhos de serralharia, por 564 592\$00.

CURSO PARA ADULTOS 4.ª CLASSE

Funcionará no Centro de Recreio, de S. Victor, a partir de 1 de Novembro, um curso de adultos, 4.ª classe, destinado aos dois sexos.

Depende da Direcção Escolar e exige um mínimo de 15 alunos.

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BRAGA

Fizeram exame e ficaram aprovados os srs.: José da Silva Rodrigues, Alberto Augusto Martins Correia, José Carlos Quintas Peixoto, Armando da Costa Armando Fernando Chaves, Manuel Pereira de Carvalho, Carlos Alberto dos Santos Silva, Eduardo da Costa e Sousa, João Antunes Lusquinhas e Luís Boaventura Ferreira Monteiro, que vão reforçar o corpo activo daquela benemérita instituição.

MAIS FÁCIL O ACESSO A TIBÃES

Lugar obrigatório de visita para os entendidos, Tibães oferece um espectáculo miserável de abandono e de ignorância ...

É um dos problemas de fundo de Braga que nunca foi estudado a sério e, já agora, não será fácil solucioná-lo.

O certo é que se tornou lugar de visita obrigatória para quantos adoram o passado, de modo especial o beneditino. Mesmo quando o lugar vier a tornar-se em acervo

de ruínas ou até no caos, os especialistas gostarão de conhecer o lugar *ubi Troya fuit* ... o sítio, onde se ergueu o mosteiro de Tibães.

A distância vai ser encurtada por via de asfalto, entre Seixido e o convento. Sendo em linha recta, fácil é o acesso ao mosteiro.

Entretanto, espera-se que, a seu tempo, a estrada siga para Cabreiros.

VIANA

CANDIDATOS DA A. N. P. PELO CÍRCULO DE VIANA

Dr. Júlio Evangelista, advogado em Lisboa; Dr. António Brochado, Presidente da Caixa de Previdência do Distrito de Viana; Dr. Luís Nogueira de Brito, Secretário de Estado de Habitação e Urbanismo; Dr. José de Almeida, Professor do ensino secundário em Vila Nova de Cerveira.

CONCERTO MUSICAL EM 6 DE NOVEMBRO

Oferecido à cidade e região pelo governador civil e pela Câmara Municipal, vai realizar-se no próximo dia 6 de Novembro, no Teatro Sá de Miranda, um concerto musical pelo pianista norte-americano James Tocco, que ganhou o primeiro prémio de Munique no ano corrente.

PERIGO À VISTA ... O CORAL POLIFÓNICO

Viana teme, e com razão, que este excelente grupo coral venha a desaparecer por falta de ajuda capaz.

De renome internacional, tendo-se afirmado entre nós, a nível nacional, como grupo de primeiro plano, corre o risco de desaparecer, como outros iguais que hoje são mera recordação.

Entre eles, as bandas de música dos Bombeiros Voluntários e do Orfanato, que morreram por falta de ajuda oficial, que nunca tiveram.

DINHEIRO A MÃOS CHEIAS PARA ESTRADAS ...

Foram adjudicadas as seguintes obras no distrito: por 1 072 080\$00, a construção da E. M. 539-1, lanço da E. N. 306 a Vilar das Almas, e de um pontão; construção do C. M. I. 232, lanço entre a E. M. M. 524 (Balada) e a ponte de Freixe (rio Estorões), por 281 400\$00; reparação da E. M. 533-1, lanço da E. N. 203 em Gandra e Vila Chã, por 576.704\$00.

TURISTAS DE OUTONO

Viana entrou decididamente pelo melhor caminho: garantir turistas ao longo do ano e não apenas no verão.

Para o efeito, montou a máquina, que está a funcionar o melhor possível, desde os hotéis em óptimas condições a distrações e recreio.

O primeiro grupo foi constituído por cerca de cem turistas da C. P. que viveram em Santinho,

Darque, toda a fascinante e maravilhosa alegria das nossas romarias.

O Sr. António Cunha foi o grande animador da iniciativa, tendo introduzido vários melhoramentos, sendo o número principal a actuação do Rancho das Lavadeiras de Carreço.

BARROSELAS TEM NECESSIDADE DE UMA ESCOLA PREPARATÓRIA

Populosa em extremo, Barroselas dispõe actualmente de duas escolas com 10 lugares de ensino primário e mais três telescolas. Frequentam a telescola 70 alunos; 400 estudam 4.ª classe. Quer dizer, para o ano, haverá cerca de 400 alunos para o ensino preparatório.

Compreende-se, por isso, que a povoação lute por ver realizada uma das suas maiores aspirações: uma escola preparatória com uma secção técnica, dado que a indústria local exige a preparação de trabalhadores devidamente especializados.

P. DE COURA

OS PENSIONISTAS DE RUBIÃES GASTAM METADE DA PENSÃO AO RECEBÊ-LA

É verdade: os pensionistas de Rubiães, Paredes do Coura, têm de ir à sede do concelho receber as pensões da Casa do Povo, onde estão inscritos. Ora, como a distância é enorme, só utilizando a camionete diária podem transportar-se à vila para o efeito. Como o regresso da dita camionete só se efectua à tarde, a demora na vila obriga-os a gastar quase metade da pensão recebida.

Não haverá maneira de lhes resolver o problema?

GUIMARÃES

IV FESTIVAL INTERNACIONAL DE CINEMA

Realizado com o patrocínio da «UNICA» — a mais alta entidade internacional de cinema para amadores — vai realizar-se nesta cidade o IV Festival Internacional de Cinema para amadores.

Concorreram já representantes de Portugal U. S. A., Luxemburgo, Espanha, Finlândia, Japão e Áustria.

Uma vez recolhidos os filmes, serão pre-seleccionados por membros do Convívio, que promove o festival. Depois serão exibidos nos dias 25 e 28 no cinema de S. Mamede.

EMBAIXADOR DR. ANTÓNIO LEITE DE FARIA

Deixa o lugar de embaixador em Londres, em fins do mês corrente, o ilustre diplomata, Sr. Dr. António Leite de Faria, após brilhante carreira em diversas capitais, nelas evidenciando sempre sentido arguto das realidades, tacto e lhanza, requinte e delicadeza, olhar e alma atentos a

tudo quanto pudesse ajudar a melhor servir Portugal.

Figura de primeiro plano em todas as capitais onde serviu o país, era, na verdade, o Embaixador-nato de Portugal, em si encarnando as extraordinárias qualidades e virtudes da grei.

Nos lugares mais frequentados — e pela melhor gente — a sua presença constante não só revelava Portugal aos outros, como ainda servia para melhor conhecer pensamentos e sentimentos de pessoas e entidades, graças aos quais, mais fácil lhe era caminhar por entre as dificuldades, sempre árduas, da toda a vida diplomática.

Embora tivesse atingido o limite de idade, há um ano, a pedido e por decisão do Governo Português, continuou, em Londres, mais um ano afim de seguir de perto as comemorações do 7.º centenário da Aliança Anglo-Lusa, que ocorre este ano.

Damos o nosso «Bem-Vindo» ao ilustre conterrâneo, fazendo votos para que encontre na sua província natal o merecido repouso dum vida constante de serviço — e excelente — ao país, de que era representante.

BARCELOS

O NOVO QUARTEL DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BARCELOS

Velha aspiração dos Soldados da Paz de Barcelos, vai transformar-se em realidade, em breve.

O Sr. Dr. Ilídio de Oliveira, presidente da Câmara Municipal, que muito se tem dedicado à solução do problema, acaba de informar a direcção dos B. V. que o Secretário de Estado para a Urbanização, Sr. Dr. Luís Nogueira de Basto, lhe dera a certeza de que o dito Quartel será participado no fim do mês em curso.

A notícia causou a mais viva alegria na cidade e a direcção deu-se pressa em agradecer àquele membro do Governo a solicitude, com que vem acompanhando o caso e a rapidez, com que resolveu participar as obras a efectivar.

FAFE

ELECTRIFICAÇÃO RURAL

Quase prontos e a inaugurar em fins do ano em curso os trabalhos da electrificação em Travasós, e os da electrificação de Regadas iniciar-se-ão em breve e os projectos das freguesias de Queimada, Gontim e Aboim, vão ser remetidos para as competentes repartições superiores. Finalmente, espera-se a cobertura total das povoações que porventura fiquem fora dos actuais planos em curso.

— Saudado pelo Sr. Dr. António Marques Mendes, em nome dos advogados do concelho, tomou posse do lugar de juiz do Tribunal Judicial de Fafe o Sr. Dr. Armando Acácio Gomes Leandro, sendo-lhe a posse conferida pelo

DO MINHO

Sr. Dr. José Manuel Cardoso, Juiz Substituto e conservador do Registo Predial.

CENTENÁRIO DO FORAL DE MONTELONGO, FAFE

Há 4 séculos D. Manuel I, o Venturoso, deu foral a Montelongo.

A data ocorre em 4 de Novembro próximo.

Muito poucos sabem o que era Montelongo, no entanto é uma região cheia de história, ainda que por fazer.

Nada sabemos em relação ao que a câmara projecta levar avante, em todo o caso certos estamos de que a efeméride lhe vai merecer o maior interesse.

CEMITÉRIO DE QUINCHÃES

A Junta de Freguesia de Quinchães decidiu realizar obras no cemitério paroquial, muito carecido delas.

A população respondeu em cheio subscrevendo-se com 35 020\$00.

O total do custo, 57 023\$10 foi coberto com venda das portas velhas e entrega de 21 503\$00 da referida Junta.

2050 CONTOS PARA A MATERNIDADE DA MISERICÓRDIA

Por despacho do secretário de Estado da Saúde e Assistência, a Comissão Instaladora dos Centros de Saúde foi autorizada a conceder um subsídio eventual de 2050 contos, à Santa Casa da Misericórdia de Fafe, destinado às obras de ampliação da maternidade do hospital.

A maternidade ficará a dispôr então de um banco de internamento constituído por um gabinete médico; quatro quartos particulares; duas enfermarias de quatro camas; sala de partos; berçários; sala de trabalho de enfermagem e posto de serviço para enfermarias; Contará ainda com diversas instalações de apoio.

TERRAS DE BASTO

CURSO DE MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA

Com início a partir das vindimas, terá lugar na Fundação António Joaquim Gomes da Cunha, em Cabeceiras, o Curso de mecanização agrícola, para maiores de 18 anos, tendo pelo menos a 3.ª classe.

Tem a colaboração da Estação Agrária de Braga e será de dois meses, aproximadamente.

É verdade. Acontece isso na freguesia do Outeiro e a dita fábrica seria instalada no casarão do Major Manuel de Almeida.

A corrente eléctrica é insuficiente e mais o será quando inaugurada a luz em Esqueiro.

Pena é que isso aconteça num

momento, em que a população foge dos campos e a fábrica seria um meio de a fixar ali.

Pronta a ser inaugurada a nova Escola de Sobreira, um óbice impede que o seja imediatamente: a falta de acesso.

Esperemos que a dificuldade seja resolvida quanto antes, afim de a freguesia do Outeiro poder dispor de salas de aula em número suficiente para a população escolar.

— Está péssima a estrada que atravessa a freguesia de Painzela desde a Roposeira até S. Nicolau.

EM TERRAS DE BASTO

Os serviços oficiais estão interessados em criar nas Terras de Basto uma Coutada de caça, que sirva de apoio ao Parque «Peneda-Gerez».

Segundo notícias que vão circulando, abrangeria a zona de Basto — Mondim, Celorico e Cabeceiras — e ainda Ribeira de Pena.

Além de uma possível Pousada em Gandarela, aproveitar-se-iam os lindos solares daquela região, caso os seus proprietários o permitissem, a fim de que os caçadores pudessem aliar ao prazer da caça as oportunidades de um turismo invulgar.

PONTE DO LIMA

NOVA SEDE PARA O GRUPO FOLCLÓRICO DE LAVRADAS

Fundado em 1969 pelo actual director, Sr. Manuel Cerqueira Soares, o Grupo Folclórico trabalha activamente em dispor de sede própria. Os esforços foram coroados de êxito e, em breve, será realidade.

O referido Grupo consta de orquestra privativa, ou «Tocata» (concertina, violão, violas, bombo, ferrinhos e reque-reque) e coró, constituído por seis raparigas e duas solistas.

MONÇÃO

VINHO BRANCO VERDE

Na assembleia geral da Adega Cooperativa de Monção, efectuada

nos últimos dias de Novembro, disse-se que aquela Cooperativa, se tivesse mil pipas de vinho branco o venderia todo para o estrangeiro, pois são muitos os pedidos dessa ordem.

Daqui a necessidade e conveniência da produção de vinho branco, de acordo com as qualidades regionais e as orientações dos técnicos.

DIVERSOS

CENTENÁRIO DE BERNARDO MOUSAL

Em 11 de Novembro celebra-se o centenário do nascimento do cônego Bernardo Chousal, natural de Paredes de Coura.

Bernardo Chousal foi um dos grandes oradores sagrados do princípio deste século, ombreado com os maiores do tempo, como D. Augusto Eduardo Nunes, Arcebispo de Évora, Alves Mateus, Correia Pinto, e outros.

Certamente que a Câmara de Paredes de Coura procurará honrar tão ilustre filho durante o ano Centenário.

ALEMÃES QUEREM UMA ALDEIA NA PENEDA - GERÊS

Uma empresa alemã, certamente de turismo, manifestou desejo e intenção de comprar uma aldeia no Parque «Peneda-Gerez».

Tal notícia revela uma grande verdade: os estrangeiros, interessados no turismo e, consequentemente, nos lucros comerciais, conhecem as zonas privilegiadas para o efeito.

Terão as populações enquadradas no Parque «Peneda-Gerez» reflectido, já, sobre, a importância do Parque para a própria riqueza local?

SUBSÍDIOS PARA RECINTOS DESPORTIVOS

O Secretário de Estado da Juventude concedeu os seguintes subsídios:

300 contos para melhorias a introduzir no parque de jogos de Esposende; 50 contos para a construção de um parque de jogos em Vila Verde; e 20 contos para apetrechamento de desportos náuticos do Grupo Desportivo de Prado.

TRIBUNA DO LEITOR

Nem tudo lembra...

Braga não comemora o 7.º Centenário da Aliança Anglo-Lusa?

Ocorre este ano o 7.º centenário da Aliança Anglo-Lusa. O Plenipotenciário, que assinou o tratado em nome de Portugal, foi o chantre do Cabido de Braga, Vasco Domingues.

Por aqui andaram, nesse século desvairado e tormento, os principais protogonistas da Aliança, tanto ingleses como nacionais. Aqui firmou D. João I e D. Nuno Álvares Pereira a independência lusa, em suma, mais uma vez, Braga demonstrou que não só aqui nascera Portugal, mas continuava a ser o principal suporte da sua independência.

As precárias circunstâncias de hoje fazem esquecer a Braga muita coisa, entre outras que Portugal tem absoluta necessidade, talvez hoje mais do que nunca, desta cidade maravilhosa que tem um grande defeito, ou dois: a) — não ter a consciência do que vale e b) — deixar ao abandono os imortais da sua história.

Revelam-se esses defeitos, mais uma vez, ao esquecer-se de comemorar devidamente o 7.º centenário da dita Ali-

ança, bem como o grande bracarense — e português — que foi Vasco Domingues.

Esperemos que, até ao fim do ano, as nossas instituições de estudo e de cultura se dêem ao trabalho de recordar a efeméride, comemorando-a como convém.

Seria imperdoável que tivéssemos de dizer a respeito deste facto o que se tem escrito a propósito de tantos centenários ocorridos em Braga, de há anos para cá sem que ninguém, sobretudo os que têm obrigação, nada faça para os recordar e apreciar.

O Bom Jesus ou a quadratura do círculo

Mais uma vez, foi convocada a assembleia dos irmãos a fim de se pronunciar sobre problemas da estância, entre outros, o hoteleiro.

O Bom Jesus é um dos problemas tabus de Braga. Pois não o será para nós.

O silêncio rodeia a estância de mistério.

Sucessivas mesas vêm seus esforços inutilizados em várias tentativas em ordem a pôr em marcha a máquina parada.

Parece-nos que, antes de mais nada, força é clarificar uma situação até agora ambígua: a estância é só da autoridade religiosa ou tam-

bém é civil, como tal sujeita à intervenção da câmara e do governo?

De há anos para cá, fecham o Bom Jesus detrás duma rígida concepção eclesial mas, ao mesmo tempo, praticando um turismo bifronte, um turismo *sui generis*, por isso mesmo limitado, embioçado, sem horizonte.

Parece que o problema está todo nisto: o Bom Jesus é só da autoridade religiosa ou também dos fiéis, da câmara municipal e do governo?

Há perto uma casa de religiosas, as Carmelitas.

São uma bênção de Deus, mas...

Será o Bom Jesus, estância de turismo, onde, aos domingos, acorrem avalanches de visitantes, ruidosos, eufóricos, estrondosos de barulho e de vida. Será o Bom Jesus o melhor local para uma ordem contemplativa?

Terá que se sacrificar ainda mais o Bom Jesus impedindo-o de progredir a fim de não criar dificuldades ao silêncio, ao isolamento, que é indispensável a um convento de estrita observância?

Anos atrás, foi oficialmente pedido à Mesa que cedesse terreno afim de alargar o das Carmelitas.

A assembleia geral de irmãos, reunida para o efeito, foi de parecer contrário.

A partir dessa época, tem havido desgostos e aborre-

cimentos. Meses a fio, as reuniões da mesa eram tuteladas com a presença dum representante directo e pessoal do Sr. Arcebispo.

Tal facto causou apreensão e desgosto. Esteve na origem das dificuldades havidas para organizar a nova mesa, a quando das últimas eleições.

O Automóvel Club do Minho instalou-se ali perto, na Casa dos Castelos. Vizinhandos com as Carmelitas, necessariamente haviam de surgir fricções, dificuldades.

A causa é sempre a mesma: deve o Bom Jesus tornar-se todo ele zona conventual fechada ao turismo ou continuar nesta situação equívoca, ambígua, difícil?

O problema interessa a toda a gente, em especial ao Povo de Deus.

Seguindo a doutrina de *Pacem in terris*, vamos expor livremente o que pensamos sobre o assunto e pedir a quem de direito uma informação verdadeira e completa acerca do caso.

Será uma das próximas mesas redondas a organizar para o efeito.

Desde já pedimos à Mesa nos indique representante seu que nela queira tomar parte a fim de os nossos leitores serem devidamente esclarecidos a respeito da problemática do Bom Jesus, que não é das mais diáfanas ou claras.

LEMOS... E NÃO COMENTAMOS

Câmaras Municipais mal administradas

Não é culpa do governo, afirma o sr. Ministro do Interior

«Eu digo muitas vezes (Ministro do Interior) que se as Câmaras não são boas ou não são bem escolhidas, pois a culpa não é do Governo; que as escolham bem os naturais dos concelhos, que as juntas e os concelhos municipais, que são pessoas de terra, que todos lá vivem, todos se conhecem, que sabem quem são uns e quem são outros, que sabem, em suma, quem vão escolher, que sabem que vão escolher pessoas que vão tratar dos próprios interesses, pois façam o favor de discutir o melhor.»

E mais adiante:

«Eu não quero nisso qualquer responsabilidade, devolvo-lha inteiramente. Os Municípios deverão, pois, contar primordialmente consigo mesmos. O Estado-Providência é um mito ultrapassado — sobretudo para as más e mal escolhidas Câmaras Municipais, por isso mesmo mal administradas.»

(Diário do Alentejo — Beja)

Mas não será mesmo do Governo?

O outro jornal de 6-9-73 comenta:

«Compreenderíamos perfeitamente o sentido destas palavras do dr. Gonçalves Rapazote, que é o titular mais antigo do actual Ministério, e até lhe dariamos inteira concordância, se o Governo, por intermédio da pasta do Interior, não chamasse a si o exclusivo da nomeação dos presidentes das Câmaras, incontestavelmente não só o seu cérebro como o seu mais forte braço de trabalho, alheando-se por completo da opinião dos munícipes, que só poderia ser traduzida numa votação livre; e, ainda, se cessasse a tão nociva centralização de poder que se verifica há muito tempo, limitando ao máximo a liberdade de acção dos Municípios, e transformando-os em pouco mais do que obedientes satélites das muitas e poderosas Direcções-Gerais que funcionam em Lisboa, com uma autoridade muito maior do que o conhecimento que possuem sobre os problemas de cada um dos concelhos provincianos.

Assim, afigura-se-nos que há algo a esclarecer ou a... corrigir.»

Um exemplo:

Presidente e Chefe da Secretaria da Câmara de Melgaço

«Ora que vê em Melgaço denunciado publicamente até pela imprensa?

Vê casos graves da Câmara Municipal — Presidente e Chefe de Secretaria — que caem sob a alçada da lei em qualquer país do Ocidente e de Leste e que aqui ficam impunes, sob o olhar dos Governos Cívicos e do Ministério do Interior; vê um Chefe de Governo, sério e legalista, mas cujas leis se não aplicam como era lógico em certos casos, como o de Melgaço; ouve o professor Marcello Caetano dizer em «Conversa de Família» que nos países de Leste

se reprime a indisciplina, e em Melgaço mantém-se quem pratica ilegalidades e indisciplinas, como o Presidente da Câmara e o Chefe de Secretaria; vêem-se membros do Governo falar da moralidade na Administração e lê-se um officio do Ministro do Interior a afirmar que, nesse Departamento, se não costuma responder a queixas ou denúncias.

Como pode o eleitorado julgar tais atitudes?

E através dos representantes dos Poderes Centrais nas localidades que o eleitor julga o Governo.

Em Melgaço, infelizmente, desde há três anos que um tal julgamento não é favorável ao Governo.»

Isto se escreve em «A Voz de Melgaço» — 1-10-1973, — que acrescenta:

«N. R. — Concordamos inteiramente com o «Diário do Alentejo» até porque o caso de Melgaço é bem conhecido do Ministro dr. Gonçalves Rapazote, e, até este momento, ainda o não solucionou, apesar de haver, por parte do Presidente da Câmara, faltas graves, que exigem uma intervenção que a lei impõe.

Ainda concordamos com o «Diário do Alentejo» porque em todos os sectores de Melgaço, onde para as Direcções ou Mesas funciona o acto eleitoral, o grupo do Presidente da Câmara foi sempre derrotado. O Grémio da Lavoura, os Bombeiros Voluntários e a Santa Casa da Misericórdia confirmam-no plenamente.

Por esta razão é que após as eleições para a Mesa da Santa Casa da Misericórdia escrevemos neste jornal que se nos concedesse a faculdade de eleger o Presidente da Câmara de Melgaço saberia escolher e o caso presente, tão lamentável e lastimável, já estaria solucionado a bem da paz e do progresso concelhios.

A nossa concordância, pois, é total com o «Diário do Alentejo» e o outro colega.»

A Junta Autónoma das estradas

A gente sai do distrito de Braga e entra em qualquer dos vizinhos e nota diferença em relação às estradas.

Dá-se o mesmo precisamente em relação às estradas florestais: excelentes, por exemplo, na zona dos Arcos, onde é responsável o Eng.º Oliveira, não assim noutros concelhos. Porquê?

Lemos em «Jornal Português de Economia & Finanças», ano XXI, n.º 299, págs. 18, que tempos houve em que se dizia das nossas estradas que eram as melhores do mundo. Claro que era exagero... Chegamos até a ser um dos primeiros países, depois da Alemanha, a possuir uma verdadeira auto-estrada, ainda que apenas de poucos quilómetros de cumprimento.

Depois o vento mudou. Abriram-se novas auto-estradas e vão construir-se mais. Criaram-se vias rápidas. Mas as estradas — essas — tiveram sorte variável. Por razões das verbas? Em parte. A Junta Autónoma das Estradas não chega a receber a terça parte das receitas obtidas dos automóveis.

A Junta está compartimentada em direcções distritais que parecem também autónomas. Pelo me-

nos é o que se depreende das diferenças notadas de distrito para distrito. Aqui uma sinalização cuidada, ali reduzida ao essencial. Numa direcção, estradas largas, com poucas curvas, abertas através da rocha viva, noutras em bom terreno, estradas por pavimentar...

O articulista cita vários locais que destacam anomalias — por exemplo, entre Castro Daire e S. Pedro do Sul podia-se encurtar

a distância entre Lamego e S. Pedro do Sul em 50 quilómetros e não se faz nada nesse sentido.

Cita outros motivos para explicar estas diferenças de distrito para distrito: inadequada distribuição irregular de verbas? «Sabe-se que os quadros da Junta estão desfalcados — ou melhor: depauperados. Os técnicos escasseiam. E os que existem dificilmente encontram quem os oriente.»

Lemos e... Comentamos

Silva Araújo novo Frei Tomás...

É sabedoria do povo: «Bem prega Frei Tomás; se bem o diz, pior o faz»...

Pois a teoria e a prática repetem-se com Domingos Araújo no «Diário do Minho» (7-10-73, em fundo): «No passado mês de Maio, a Conferência Episcopal da Metrópole, a pretexto do décimo aniversário da «Pacem in Terris», publicou uma Carta Pastoral que me parece não ter sido, ainda, convenientemente estudada. É pena.»

Oh! se é... Nós que o digamos. Ora vejam. Por exemplo o n.º 12 daquela encíclica: «O homem exige, além disso, por direito natural, o respeito devido à sua pessoa, ao bom nome, à possibilidade de procurar a verdade livremente e, dentro dos limites da ordem moral e do bem comum, de manifestar e difundir as suas opiniões e de exercer uma profissão, finalmente de dispor de uma informação objectiva dos acontecimentos públicos.»

O n.º 28 da referida encíclica destaca, ainda mais, esse direito ao afirmar que a cada direito corresponde o dever correlativo. As-

Os meios rurais despovoam-se!...

Do «Jornal de Arganil», de 11-10-1973:

Torna-se cada vez mais difícil viver nos meios rurais, onde outrora todos se sentiam felizes, dedicando-se à faina agrícola; e isto, sobretudo, por falta de rentabilidade dessa laboriosa actividade.

Que as pequenas terras vão ficando desertas e as propriedades de cultivo vão caindo no abandono, já não é novidade para ninguém.

Caminha-se apressadamente para uma situação deveras complicada, que só poderá ser resolvida com medidas enérgicas, quanto possível eficazes e oportunas.

Uma região que se despovoou, que fica deserta, ou simplesmente entregue a gente inválida, é uma parcela do país que morre, é mais um peso morto a travar o progresso da Nação.

É necessário actuar e actuar já, antes que se faça tarde. A recuperação económica de qualquer região só se poderá fazer com a criação das necessárias infra-estruturas — rede de comunicações, abastecimento de água e energia eléctrica, obras de hidráulica agri-

autoridades e das populações locais.

Se nesse esforço comum, perfeitamente conjugado, sem uma mentalização que nos leve a obras de verdadeira valorização regional, que sejam aceites, sentidas e vividas pelas populações locais, sem uma garantia absoluta do direito da propriedade privada, pouco ou nada se poderá fazer.

Há quem mantenha a opinião de que está nas cooperativas de produção agrícola o meio mais viável e de efeitos mais seguros para resolver o magno problema.

Estará aí, de facto, a solução? Não sabemos. O que sabemos é que o pequeno agricultor, sobretudo o minifundiário, está presentemente numa posição bastante melindrosa, que urge ponderar seriamente.»

Creio que só estamos de acordo numa coisa, a saber: as aldeias despovoam-se!...

É um dos sinais dos tempos. É um fenómeno irreversível, a menos que...

Será possível impedir que o aldeão saia para a cidade com só lhe oferecer as infra-estruturas — estradas, água, energia?

Creemos que não. O aldeão fixar-se-á na terra natal apenas se ela lhe garantir um salário como em França ou na fábrica, ou na cidade...

Tudo o mais é vão e inútil.

Dizem os entendidos que a lavoura poderá vir a ser fonte de riqueza igual à da indústria ou da emigração, no dia, em que se sujeitar às reformas necessárias, entre elas, a cabeça, parece, mesmo em cooperativas, o tal direito de propriedade...

Mas isso são outras falas...

A grande crise da lavoura é de mentalidade, de formação, de técnica.

Pobre dela: parou no tempo!

A baga do sabugueiro e o «bago» do milho!...

plantando sabugueiros nas suas terras?...

É o pior é que a crise da lavoura, ali e noutras regiões, ainda é agravada com artimanhas e extorsões sucessivas e irritantes.»

Creio que o preço do milho já é muito maior do que 2\$00. No entanto, mesmo assim, não compensa.

Remédio? Pois não há outro senão procurar o «bago» noutra parte. Quando a árvore não dá fruto — mesmo das patacas — deixa-se ou corta-se.

É a figueira estéril.

ESPECTADOR

PROBLEMAS CANDENTES | O CASO DE AVEROMAR

Não só pela difusão a nível nacional, mas sobretudo por ser um caso típico de governo à margem do Vaticano II com graves consequências na cura de almas e no respeito pelos deveres fundamentais de muitos sacerdotes da diocese e do País inteiro, o Caso de Averomar merece ser tratado com independência e com certa profundidade.

DOS FACTOS RECENTES A SUA MISTIFICAÇÃO

Averomar é uma paróquia difícil de pastorear. O pároco anterior ao Padre Ângelo viu-se forçado a sair por incompatibilidade. Pouco interessa registar as causas que lhe possam estar na origem.

De há quatro anos a esta parte os destinos de Averomar estão confiados ao Padre Ângelo Faria da Venda, que anteriormente vinha desempenhando idêntico cargo em Trute-Monção. Rapaz novo, frequentador assíduo dos cursos de actualização e renovação conciliar que se vão fazendo em diversas dioceses de Portugal, o novo pároco de Averomar procurou dar todo o alento à tarefa evangelizadora de uma vasta população em deficientes condições de alojamento e ganha-pão, com múltiplos problemas relacionados com o estrato humano em que assenta Averomar.

Dentro de uma perspectiva evangelizadora o Padre Ângelo fez notar a comissão de melhoramentos paroquiais que uma nova Igreja só deveria ser construída quando o povo a necessitasse. Antes, era indispensável a construção de um salão que permitisse uma organização eficiente da catequese, dos cursos de formação, das reuniões paroquiais e do próprio convívio humano. A Igreja ia chegando e como era o povo que a tinha de pagar, só se deveria pensar nela quando a reclamasse e a mesma parecesse indispensável.

O Presidente da Junta pensava de maneira contrária e por cima de tudo interessava-lhe a construção de uma nova Igreja que fosse situada na parte mais próxima do mar e da casa do próprio Presidente da Junta. Uma vez construída a Igreja nova encarregaram-se de dividir a paróquia em duas. Neste propósito oculto não consentiu o Padre Ângelo, embora D. Francisco tenha aprovado uma acta que apoiava as pretensões dos membros mais influentes da Comissão de Melhoramentos e da Junta, em oposição ao pároco. Mas o mais significativo é que, posteriormente, o Prelado viria a confessar que nunca deveria ter assinado tal acta. O livro de actas foi retirado ao padre e passou-se a nova fase: construção do edifício da Junta da Freguesia servindo parte para salão de carácter social. Também aí começam as dificuldades, porque a Junta começou a passar por cima de todas as ordens recebidas, alargando o edifício de modo a impedir, futuramente o alargamento da Igreja Paroquial actual, que fica confinante, resultando, em consequência lógica que em breve se sentiria a necessidade de construir uma nova Igreja indo de encontro aos desejos do Presidente da Junta da Freguesia.

Nesta altura surgiram diversos atropelos que o Padre Ângelo pode documentar no lugar devido, embora a Junta de Paróquia tenha podido contar com a colaboração de Monsenhor Quesado e do próprio Paço, mesmo que em contradição com as deliberações anteriores e o combinado com o Padre Ângelo.

MAIO DE 1972

Esta situação não é de hoje. Vem de Maio de 1972. O agravamento da tensão entre Pároco e Junta prejudicava a Junta porque o povo via bem que o seu pároco defendia os verdadeiros interesses da gente, deixando de lado uma solução mais cómoda para ele, embora danosa para o povo.

A Junta de paróquia convinha, portanto, que o Padre Ângelo fosse exonerado. Começou então a fazer queixas para Braga em papel timbrado da Junta e muitas das queixas eram feitas pelo próprio Presidente da Junta. Ao senhor Arcebispo ficava abetro o caminho para tomar a decisão mais de interesse da Junta. Com espanto, o Padre Ângelo pôde ver nas mãos do Prelado as acusações da Junta, todas elas infamantes, e tendo pedido, a D. Francisco lhe desse por escrito as queixas apresentadas, este recusou-se impedindo assim ao Padre Ângelo a legítima defesa da própria honra, fama e bom nome através de processo aos caluniadores se o Prelado fornecesse por escrito a documentação.

O Prelado Bracarense não estava muito convencido das acusações apresentadas, mas, por outro lado, sabia-se em Averomar que D. Francisco gostaria de satisfazer os anseios da Junta. Mais ainda: logo a seguir ao casamento da neta do sr. Quintas, industrial de Cordoaria, muito ligado a D. Francisco e não só, soube-se de uma ceia numa quinta de Beliz-Póvoa de Varzim e então já chegaram aos ouvidos do Padre Ângelo notícias vindas do grupo do Presidente da Junta garantindo que o Padre Ângelo sairia da paróquia até ao fim de Setembro. E, de facto, poucos dias depois, recebe o Padre Ângelo uma carta «pessoal e confidencial» do Prelado propondo que aceitasse a saída de Averomar pois a discórdia entre os paroquianos e o pároco era maior que quando para lá entrou. Para aliciar o Padre Ângelo a que não pusesse obstáculos. D. Francisco oferecia a hipótese de aulas de moral em Guimarães, uma capelanía militar ou até de emigrantes. E pedia ao padre Ângelo para aceitar a decisão com espírito de fé renunciando voluntariamente à paróquia.

Não foi do mesmo parecer o Padre Ângelo, e por isso foi ter com o prelado desmentindo mais uma vez a falsidade das acusações da Junta. Mas o resultado foi o fracasso total.

Fala-se de nova janturada em Famalicão e novamente rejubila a Junta de Paróquia reafirmando que D. Francisco se tinha comprometido a retirar o Padre Ângelo de Averomar até 30 de Setembro. Nesse sentido recebe o Padre Ângelo outra carta do Prelado marcando-lhe tal data como termo da sua actividade em

Averomar e oferecendo Cabanelas ou Rubiães.

Novas viagens do sacerdote a Braga e conversas com o Pró-Vigário e com o senhor Bispo Auxiliar, pois que o Prelado já nada aceitava. Reconhecem a falsidade das acusações e prometem tudo para fazer que o Prelado reconsidere, a não ser que... enfim... um superior dar uma ordem e vir atrás é coisa que deslustra!

VIAGEM A BRAGA

Sendo oficial a notícia de que o Padre Ângelo teria de sair de Averomar, a população moveu-se e foi em grande número a Braga manifestar-se a favor do seu pároco. Mais de mil pessoas estiveram presentes e, entre elas, algumas crianças, pois alguém mais avisado e conhecedor dizia que o coração do Prelado se comoveria ao ver crianças. Muitas outras pessoas ficaram em Averomar por falta de camionetas. Antes desta manifestação, fora uma representação com cerca de mil assinaturas — numa terra em que metade da gente é analfabeta — pedindo a permanência do pároco.

A grande representação não foi recebida pelo Prelado apesar de terem avisado de manhã que iriam a Braga. Mas para receber uns poucos cursistas, quando pretendiam manifestar-se e solidarizar-se com o Prelado pelas penas aplicadas a cinco sacerdotes de Braga, houve tempo e local, mesmo já noite dentro, na sala da Biblioteca do Paço.

Tarde e más horas, o senhor Ónogo Melo, muito ligado à família Quintas da Póvoa, recebeu uma comissão na presença do senhor Capitão da P. S. P. tendo prometido que o Prelado receberia oportunamente uma comissão de averomarenses. Isto foi a 22 de Setembro. Em 24 reexibia Padre Ângelo o Decreto de exoneração, sem ter havido processo apesar de o ter pedido. Assim se respondia pastoralmente ao pedido de inúmeros cristãos de Averomar! E até hoje ainda não foi recebida a comissão.

O pároco de Averomar contestou o Decreto do Prelado e informou que recorrerá para Roma dentro do prazo legal. Tal carta foi aberta pelo Prelado que depois meteu noutro envelope dirigido ao Padre Ângelo tendo escrito no envelope da carta original «Recusada». Mas, no dia seguinte, «por caridade» escrevia uma carta ao pároco em que tentava responder ponto por ponto aos problemas suscitados com a carta «recusada»!

Os jornais do País inteiro falaram dos acontecimentos de Averomar, com grande desapontamento, quando viram intervir a força pública em questão puramente religiosa por solicitação do Prelado de Braga apoiado na concordata, artigo 15.º.

Houve recontros com a força pública, houve feridos, um aborto, e tudo isto por se ter imposto ao povo de Averomar Mons. Quesado. Para as missas de Padre Ângelo não foi precisa a intervenção da força pública.

Em 2 de Outubro, o pároco de Averomar escreveu uma carta ao Prelado informando do recurso interposto para Roma e pedindo prudência na actuação até que

Roma se pronunciasse. Tal carta foi recusada bem como outra posterior. Cópia do recurso para Roma foi enviada ao senhor Governador Civil do Porto e ao Capitão da G. N. R. Mas a força pública passou a vigiar Averomar e constava à boca cheia que prenderia o pároco logo que este saísse da residência. Então Padre Ângelo encerrou-se em casa aguardando os acontecimentos, tendo entretanto passado procuração ao Dr. Armando Bacelar que se encarregou da defesa e enviou telegramas de protesto contra a intervenção da força pública, ao Senhor Presidente do Conselho, ao Senhor Ministro do Interior e ao Senhor Governador Civil do Porto.

CULTO DAS CATAUMBAS

Com a protecção e imposição da força — mais de 150 praças da G. N. R. presentes — Mons. Quesado foi celebrar as Missas dominicais a Averomar em 6 e 7 de Outubro. Além dos mirones e dos escassos partidários da Junta, mais ninguém participou em tais actos. Aliás, no caminho para a Igreja, Mons. Quesado não ouviu daquela gente qualquer elogio, pelo contrário.

As 18,30 celebrou missa o Padre Ângelo estando a Igreja repleta e ainda o Adro, participando o povo como nunca se tinha visto e saindo a entoar cânticos religiosos com os lenços brancos no ar voltados para a residência pedindo a permanência de Padre Ângelo.

Houve então o aperto da força pública. Entretanto, houve dois falecimentos: um de uma criança de 10 meses e outro de um senhor de 60 anos. As respectivas famílias prescindiram dos serviços de Mons. Quesado e em solidariedade com o verdadeiro pároco renunciaram ao funeral religioso, encarregando-se os leigos de recitar as orações habituais.

A QUESTÃO DE DIREITO: VATICANO II OU TRENTO?

Descritos os acontecimentos na parte essencial, impõe-se uma pergunta: procedeu o pároco de harmonia com o Direito?

Os bispos portugueses desde há 55 anos que mantêm uma situação que o próprio Código considera transitória. Com efeito, os chamados «vigários económicos» ou «párocos encomendados» só existem em direito para exercer o múnus paroquial quando a paróquia vaga, podendo o bispo atribuir-lhe uma parte dos frutos do benefício paroquial. Em Portugal, porém, tal situação, que por força do direito é apenas transitória converteu-se em regra, o que facilita aos bispos disporem dos sacerdotes a seu belprazer. E, porque assim habituados, não atentaram na modificação radical operada pelo Vaticano II neste ponto, sobretudo com o Decreto «Christus Dominus» sobre o múnus pastoral dos bispos e consequente codificação no Motu Proprio «Ecclesiam Sanctam».

No Velho Código o qualificativo de um pároco consistia em lhe ser colada em título a paróquia e mais concretamente ainda, o benefício paroquial. Tanto que pároco podia ser uma pessoa

moral, mesmo que não fosse sacerdote, sendo confiada a cura de almas a um sacerdote distinto do pároco em bastantes casos. O Vaticano II modificou radicalmente esta concepção de «pároco» e prescindiu totalmente da colação do benefício em si, para passar a definir os párocos como os cooperadores especiais dos bispos encarregados de como pastores próprios exercerem a cura de almas numa determinada parcela do território (cf. «Christus Dominus», n.º 30, 1.º parágrafo). O mesmo Decreto define ainda outra função paroquial, a exercida pelos «vigários paroquiais», isto é, os sacerdotes que ajudam os párocos no desempenho do múnus paroquial. Estabelece ainda algumas funções supra-paroquiais, tais como a de arcepreste, para falar de outras funções distintas das paroquiais, mas profundamente sacerdotais, à mesma, como podem ser a de professores, padre operários, etc.

Acabou com o Vaticano II a noção de «pároco» do velho Código e foi implantada a concepção de «pároco» como sendo o sacerdote encarregado da cura de almas numa determinada parcela do território com todos os poderes de um pastor próprio. Isto é o que são de facto e de direito os que Braga teima em chamar «vigários económicos» ocasionalmente.

Sucede ainda que mesmo o velho Código estabelecia que eram equiparados aos párocos com todos os direitos e obrigações paroquiais, os quasi-párocos, os vigários económicos (estes chamados também «párocos encomendados», etc.

Por consequência, abolida a distinção entre párocos amovíveis e inamovíveis, e os «párocos encomendados» eram «párocos amovíveis ad nutum», o Motu Proprio Ecclesiam Sanctam, n.º 20 estabelece que o Bispo pode remover «qualquer pároco» (quaelibet) adoptando no caso de recusa o procedimento que antes se seguia na remoção dos párocos amovíveis. Se isto é para qualquer pároco, é-o também para os chamados «párocos encomendados» que são párocos para todos os efeitos. Isto para a pior hipótese, porque uma vez que o Vaticano II definiu os párocos dentro de um contexto pastoral, aquilo que certas cúrias dão em chamar só em alguns papéis de «vigários económicos», são párocos no sentido estrito do actual Direito vigente e como tais aliás são reconhecidos quer pela autoridade religiosa, quer pela civil para todos os efeitos, menos, parece, para o de terem direito a defender a boa fama, honra e bom nome, em Braga.

Como o n.º 20 do mencionado Motu Proprio exige a instauração do processo como condição indispensável para que a remoção, contra vontade, seja decretada validamente, e no caso de Averomar não foi instaurado o processo apesar de repetidamente pedido pelo pároco, segue-se que é inválida a decisão do Prelado Bracarense, e, portanto, sem qualquer valor jurídico. Consequentemente é inválida a nomeação de Mons. Quesado como pároco interino (e este não será também vigário económico!!?). Acresce ainda que a remoção do

A Igreja em notícia

Que entendemos por «Igreja»...

Pois, o sentido que o Vaticano II lhe dá: comunidade, a que pertencem todos os homens de boa vontade, crentes ou não (!).

Portanto, a nossa panorâmica religiosa abarcará todos os credos, incluindo os ateus, que também têm credo.

Em Portugal...

Começamos pela Conferência Episcopal.

No último comunicado, informou que na reunião ordinária de 28-29, a ela tendo assistido todos os membros, preparou a reunião da Assembleia Plenária da Conferência Episcopal a realizar em Novembro próximo, considerando e seleccionando os principais assuntos da respectiva agenda.

Mas quais são esses assuntos? *Pacem in terris* diz que o homem tem direito a uma informação completa, para formar o seu juízo, e, assim, concorrer para se formar a opinião pública.

Lendo este passo da notícia da C. P. da Conferência Episcopal, ficamos a saber, depois de a ter lido, tanto como antes, isto é, nada.

Vejam agora a notícia da próxima reunião da Assembleia Plenária da Conferência Episcopal de Espanha.

Preocupação primária da reunião da C. P.: preparar a assembleia geral do Episcopado a realizar em Novembro.

Sendo o tema central do Sínodo dos Bispos a evangelização no nosso mundo de hoje, a C. P. foi informada a respeito da preparação em curso nas várias dioceses, em conformidade com o questionário enviado pela S. Sé.

São três os problemas essenciais do referido questionário:

a) O estado da evangelização dos nossos dias, tendo em conta o que a favorece e o que a obstaculiza;

b) Parecer teológico acerca da situação da Igreja no que respeita à evangelização, à face dos princípios teológicos e das instituições do Vaticano II;

c) Estudo sobre a forma de tornar efectiva a evangelização nos nossos dias.

A C. P. estudou a melhor maneira de focalizar tais problemas, a partir da realidade cristã de hoje em Espanha. E nomeou uma comissão encarregada de preparar os trabalhos do referido estudo para a próxima assembleia.

Porque oferece a C. P. do Episcopado Espanhol uma informação minuciosa e a nossa nos deixa sem saber o que se passa?

Como se faz este estudo em Braga?

Lemos no «Diário do Minho» de 13 do corrente: «Presidido pelo Sr. Vigário Geral, realizou-se ontem em

Monção, pelas 14 horas, e em Meigaço, pelas 15,30, um encontro de reflexão pastoral. Os trabalhos subordinados ao tema do próximo Sínodo dos Bispos — «A Evangelização no Mundo Contemporâneo» — foram orientados pelo sr. Cônego Leite de Araújo...».

O leitor viu atrás a panorâmica do inquérito da S. Sé, para a análise do qual a C. P. do Episcopado de Espanha nomeou um grupo de especialistas.

Quer dizer: todo o ano em curso preocupou muito a sério o Episcopado de Espanha em relação ao estudo minucioso da problemática da evangelização nos nossos dias na Espanha de hoje.

O estudo mobiliza todo o Povo de Deus — clero e leigos. E ao mais alto nível, pois exige a análise teológica do caso à luz dos princípios da teologia e do Vaticano II.

Em Braga, pelo menos em Monção, a estudo de tal responsabilidade, dedica-se 1 hora, se tanto, das 14 às 15, dado que meia hora leva o automóvel desta vila a Melgaço.

Já não falamos nos especialistas em teologia e no Vaticano II que dirigem tais trabalhos, os srs. Cônegos pro-Vigário Geral e Leite de Araújo.

Omitimos, claro está, uma referência especial à secunda da notícia, que nos deixa a ver navios em relação ao que se fez e disse, tanto em Monção como em Melgaço.

Quando será que o n.º 12 de *Pacem in terris* será norma em Braga (todo o homem exige, por direito natural, a faculdade de pensar livremente e livremente exprimir o que pensa, bem como o direito a uma informação completa?...)

Esperemos que, a esta luz, se não zanguem conosco por desejar conhecer, em pormenor, o que se passa em relação a um problema de fundo, que a S. Igreja quer que seja tratado por todos nós e não campo exclusivo de tão poucos.

Mas afinal de que se trata. Que se pretende esconder, ao menos de facto e na prática?

A Igreja verificou que estão a afastar-se cada vez mais dela as massas dos trabalhadores, dos intelectuais e dos jovens.

Porquê? De quem é a culpa? Quais são as causas? Este será o tema do próximo Sínodo dos Bispos, a realizar em 1974. Mas, para que ele saiba que responder, a S. Sé pediu o concurso de todo o Povo de Deus, mandando-lhe um inquérito para responder a perguntas como estas:

— é a Igreja-comunidade verdadeiramente missionária?

— Tem conselhos Presbiterial e Pastoral. E funcionam de facto? Funcionam mesmo?

— Os candidatos ao sacer-

dócio e os leigos são formados neste espírito missionário?

— A autoridade religiosa tem as qualidades necessárias ao bispo de hoje, para os nossos tempos?

— A Igreja dá informação exacta acerca da sua vida e rectifica os erros contidos na informação? Tem a Igreja o cuidado de formar o espírito crítico dos cristãos em ordem à informação?

— Exerce a Igreja a missão profética de criticar construtivamente as instituições sociais? Há a preocupação de levar a Igreja a estar presente no mundo do trabalho?

— A Igreja dá, de facto, o exemplo da pobreza de Cristo?

— Partilha a Igreja — e dá provas disso — da predileção de Cristo pelos pobres?

O leitor, se lhe apresentarem o inquérito para responder, de certo terá que responder negativamente em relação a Braga.

(1) «A esta unidade católica do Povo de Deus, que prefigura e promove a paz universal, são chamados todos os homens: a ela pertencem ou para ela se orientam, embora de maneira diferente, tanto os católicos como todos os cristãos e mesmo todos os homens geral, chamados pela graça de Deus à salvação» (Cf. LG, n.º 13).

É elegível o Senhor António de Meireles Campos

Os srs. Manuel Lobo, de Fafe, e Casimiro Vilela Rodrigues, de Braga, recorreram contra a elegibilidade do Sr. António Alberto Meireles Campos como deputado de Braga, alegando que se tinha candidatado às últimas eleições de 1969 na lista da Comissão Eleitoral Nacionalista Independente (CENI) acabando por desistir.

O fundamento apresentado era que a lei (Art. 8.º do Decreto-Lei 37 570, n.º 4.º) determina o seguinte: «São inelegíveis os que, tendo-se candidatado em eleição anterior, hajam desistido da candidatura proposta...».

À hora de sair o nosso jornal, ainda se não conhecem os termos exactos do acórdão, mas parece que ele decidiu o seguinte: a lei passa a aplicar-se de futuro, mas não tem efeito retroactivo.

Um pouco de história. Nas eleições de 1969, os srs. Amândio César, Antunes de Oliveira Aguiar, Augusto Angelo Soares da Silva, Inácio Teixeira Coelho, Joaquim Peixoto, João Augusto de Almeida, José de Almeida Soares, José Maria Azevedo e José Moreira, apresentaram os seguintes candidatos da CENI: António

A. Meireles Campos, Dr. Gilberto do Vale Machado, D. Irene Branco Marado, João Mendes Ribeiro, José Garrido Meireles e dr. Mário Queirós.

Davam como razão do facto a seguinte:

A lista da União Nacional, ligada, em seguimento de grave equívoco político, a um pequeno grupo, que não é de forma alguma representativo nem capaz de exprimir a política distrital, e que se vira imerecidamente alçado sem funcionamento de qualquer processo legítimo de designação, às posições de comando distrital. A lista era constituída pelos srs. dr. Antão Santos da Cunha, eng.º Duarte do Amaral, dr. Fernando Carvalho Conceição, dr. Nunes de Oliveira, J. Costa Oliveira e dr. Oliveira Ramos (três destes recandidataram-se pelo mesmo círculo em 1973, com o sr. Meireles Campos) que foram eleitos para a Assembleia Nacional.

A candidatura nacionalista independente fora apresentada por estarem os seus subscritores seriamente apreensivos com o ambiente político distrital, receando que a lista da U. N. não pudesse obter a vitória, segundo o convencimento generalizado e sentindo-se na obrigação de apelarem para todos quanto, leal e desinteressadamente construíram e apoiam a Revolução Nacional.

O documento *Razões duma candidatura* (5 de Outubro de 1969) desenvolvia largamente estes pontos, lançava uma perspectiva da vida política bracarense nos últimos quarenta anos e concluía pela necessidade de deputados homens da terra, bem radicados no meio social e político de que são genuína emanção ou projecção. Na lista U. N. afirmavam, apareciam quatro candidatos que têm a sua residência, a sua vida familiar e profissional radicados em Lisboa e Porto, e nem um único dos seis está integrado no meio social ou cidade que é cabeça do distrito.

Como íamos dizendo...

O Rito Bracarense

O leitor recorda-se. Janeiro de 1970.

O «Correio do Minho» entrara de publicar uma série de artigos acerca do Rito Bracarense, em risco de ser extinto, como de facto e na prática o veio a ser, pois é hoje impossível celebrar nesse rito, em Braga, em conformidade com as normas da Constituição sobre a Sagrada Liturgia, do Vaticano II, «Inter Oecumenici» e legislação posterior.

Ao autor foram negadas as colunas daquele diário, o «Correio do Minho», e o outro diário local iniciou uma campanha contra ele e contra o rito, que levou ao afastamento imediato da direcção do referido diário e, em relação ao rito, a nunca mais se ter falado a favor do nosso rito milenário na sua cidade natal...

A situação mantém-se e a maior glória de Braga e do país, o nosso «Lusíadas da Fé», não tem possibilidade de ser acolhido nas colunas dos dois diários, os diários da sua terra!...

Pois, anos volvidos e depois de ter continuado com a chama bem erguida fora de Braga e, em Braga, só, em «Presença e Diálogo» (1), cá estamos de novo para retomar o facho, que tentaram apagar, levantando-o como bandeira, ardorosos e dignos, como quem cumpre o seu dever, que é o de pensar e sentir com a Igreja.

Quem nada faz ou tenta opor-se ao estudo do Rito de Braga é que se situa fora dos desejos e da vontade bem claros da Igreja, por essa forma servindo de exemplo a que outros o imitem no propósito de

acabar duma vez por todos com o nosso belo rito milenário.

E, por hoje, ficamo-nos por aqui.

«Como íamos dizendo» será o título semanal dos estudos, que aqui continuaremos a fazer, se Deus quiser, em redor do nosso rito velhinho, o rito de sempre.

Luis de Castro

1 «O Arauto» e «Ora e Labora»

Cávado pretende

1.º — Possibilitar a participação de todos os cidadãos no estudo e solução dos problemas próprios, a nível local, regional e nacional.

- Não há temas tabus
- Toda a pessoa pode escrever desde que observe as normas elementares da educação e trate de problemas reais. Nada mais é exigido.
- A responsabilidade é do autor que escreve e não da equipa responsável de «O Cávado».

2.º — Ser uma tribuna de encontro para todos os homens, independentemente da cor social, económica e política. Cávado acredita na possibilidade de convívio franco entre todos os homens apesar das inevitáveis divisões. Quer ser um exemplo de são convívência na realização da tarefa comum.

3.º — Garantir o sagrado direito do devido esclarecimento, da legítima defesa, própria e alheia. Sem necessidade de invocar a lei de imprensa ou de recorrer aos tribunais, inserirá toda a correspondência enviada com tal finalidade, desde que devidamente autenticada.

Perguntas - Opiniões - Sugestões - Críticas

A quem pertence o Bairro Comendador Nogueira da Silva

O homem exige por direito natural, ... manifestar e divulgar as suas opiniões, ... e dispor de uma informação objectiva. — Pacem in Terris, n.º-12.

*

No último Plano de Actividades para o ano de 1974, da Câmara Municipal de Braga, diz-se que será urbanizado o Bairro Comendador Nogueira da Silva, despesa orçada em 250 000 000\$00.

Ao que nos informam, a Câmara Municipal não pode urbanizar nenhuma zona, desde que não seja propriedade sua. Segundo parece, o Bairro Nogueira da Silva não é propriedade da Câmara de Braga, daí que ainda não teria sido lavrada a respectiva escritura.

De quem é, então?

Anos atrás, o Sr. Arcebispo Primaz ofereceu parte do terreno da Mitra em S. João da Ponte, afim de ali se erguerem casas para pobres. Nesse terreno, o Sr. António Nogueira da Silva construiu, assim como a Cruz Vermelha, diversos edifícios, aos quais foi dado o nome de Bairro Comendador Nogueira da Silva.

Quem superintende na concessão das casas não é nem o Exmo. Prelado, nem a Câmara, nem o Sr. António Nogueira da Silva: é a Conferência Vicentina de S. Lázaro.

Com que direito e a que título a benemérita entidade chamou a si o encargo de distribuir as referidas casas?

Sem querer apreciar outros aspectos do caso, limito-me por hoje tão só ao problema jurídico e pergunto: — A quem pertence o Bairro Nogueira da Silva?

Se não é da Câmara, porque o urbaniza ela, não podendo fazê-lo por lei?

Se é da Conferência Vicentina de S. Lázaro, a que título o possui? Por delegação de quem?

O aspecto jurídico do problema não é assim tão somenos, dado que os moradores do Bairro, nestas condições, não têm qualquer segurança em relação às habitações. Tampouco os que distribuem as moradas se devem sentir à vontade, porquanto não têm qualquer título jurídico, pelo qual lhes seja permitido superintender na dita distribuição.

Braga, 10 de Outubro de 1973.

CARLOS DOS SANTOS

N. R. — Estamos de acordo com o signatário em relação ao problema levantado, mas não sabemos que resposta dar-lhe. No entanto, estamos certos de que os directamente interpelados — Cúria Arquiepiscopal, Câmara Municipal e Conferência Vicentina não tardarão em informá-lo sobre o assunto.

(Continua na pág. 9)

Novos rumos, novos horizontes

(Continuação da página 1)

amplamente construtivo e isenção de paixões sectárias, se promova o bem social, alertando quem pode para os males que muitos conhecem e tantos procuram esconder ou esquecer.

Saído o 1.º número de «O Cávado» em 15 de Julho de 1973 na Vila de Esposende, já então procurou ser um arauto de causas justas, de defesa das classes menos favorecidas, de verberar injustiças chocantes.

El Esposende que foi o seu berço, terá nestas páginas acolhimento para os seus problemas.

O seu nome ficou ligado a uma das principais artérias minhotas: ao rio que foi transformado em energia eléctrica e que abre potencialidades num futuro melhor, certamente para o decénio que decorre.

O natural encaminhar — numa compreensível mentalidade do nosso tempo — para a efectivação de iniciativas, de realizações, de investimentos mais ou menos volumosos a nível de grandes espaços, gera o fatal declínio das iniciativas locais, individuais, sem a dimensão que

lhe permita a rentabilidade necessária a uma subsistência saudável, independente.

Embora imprevisível, ainda, as consequências que resultam para os pequenos meios do toque de finados das suas agremiações, a verdade é que só no âmbito de grandes espaços regionais se tornará possível dar vida a iniciativas como esta de chamada pequena imprensa.

«O Cávado» vai recomeçar uma nova vida, acalentado por vontades firmes que amam apaixonadamente todo este vasto manancial de riquezas, desde a paisagem natural de um paradisíaco Gerês, às barragens que esperam a sua hora de verdadeiro aproveitamento turístico, até ao ambiente repousante de um Bom Jesus, Sameiro, Penha, ao cenário incomparável da foz do Cávado, do Neiva e tantas, tantas riquezas superficialmente exploradas ou inexploradas ainda.

«O Cávado», se conseguir realizar a ardente aspiração de toda uma equipa de boas vontades será o centro aberto à discussão de problemas postos por todas as pessoas bem intencionadas.

Da discussão de tais pro-

blemas resultará uma mais efectiva unidade da família lusitana e uma melhoria de condições de vida de todos os portugueses, com particular incidência nas gentes e organizações desta província nortenha.

Entende que o encobrir de feridas tantas vezes benígnas, abre a porta a incuráveis males; que o recalcar de sentimentos provoca a rotura de diques; que a indiferença perante a injustiça fomenta o rancor incontrolado; que o condenável protecționismo de um mal afasta incomensuráveis bens de riqueza de que a Pátria está carecida!

Por isso, este semanário fará todos os seus esforços por singrar numa linha de independência perante correntes de opinião, preocupado sempre em manter as suas páginas abertas à discussão dos problemas postos por todos aqueles que, com boa intenção nos procurem, mesmo que a nossa opinião não coincida com aquela que nos apresentam para publicidade.

Bem certos de que não somos detentores de uma irrevogável certeza, de uma verdade única, aqui estaremos sempre para conceder a razão a todos aqueles que demonstrem que ela lhes assiste.

A luta que se trava para uma rápida evolução na qualidade dos portugueses no campo da cultura, transportar-nos-á, fatalmente, para um mais completo discernimento dos problemas de aumento de poder crítico, de intervenção na causa pública.

Temos que oferecer um campo arejado de discussão de toda uma basta problemática que nos conduza a uma melhoria crescente da vida dos portugueses e a um aproveitamento de tão amplas riquezas que ainda guarda esta terra lusitana.

Apesar de ter passado já mais de meio século sobre a fundação deste Semanário, sentimos que a opinião de todos os que nos possam dar colaboração com sentido construtivo seria para nós não só muito útil, mas até indispensável.

Temos o mais apaixonante desejo de acertar, de ser úteis, de poder dar a mais valiosa contribuição a este grande como belo edifício constituído por estas terras minhotas.

A. J. C.

O DIRECTOR

Não estraguem a vida

(Continuação da página 1)

dos de pútridos afluentes. É inexorável lei da vida que haja o mineral e o orgânico, o puro e o contaminado, o límpido e o fétido e que o mesmo veículo a todos e tudo transporte. No fim lá estará o sal purificador no abismo imenso. A própria decomposição orgânica há-de gerar vida. Sobre a podridão dum campo e haurindo seiva num cadáver podem flor lírios. Tudo é questão de não violentar a natureza. Tudo é questão de não impedir os processos naturais.

Deixem correr a água. Deixem-na bater de pedra em pedra, deixem-na

oxidar na queda, no rápido, na cachoeira. Deixem-na inundar de sal toda a podridão orgânica. Sobre tudo aqueles que, no meio da mole imensa e no seio da massa infinita, foram chamados a ser sal e fermento não queiram ser barragem de encharcar. Não seja dique quem tem vocação de ser sal. Quod si sal evanuerit, in quo salietur? Deixem correr a água. Não estanquem o rio.

Não lhe comprimam as margens. Não o apertem. Deixem-no correr.

E, sobretudo, não lhe ponham diques. Água encharcada é água choca.

Um dique no Cávado do espírito pode significar o proliferar da injustiça, o vicejar da calúnia, o campear dos nulos e inúteis; pode ter como consequência abafar a voz que clama, neutralizar o apelo que visa sanear, calar o grito que denuncia.

E olhem que está o Minho cheio de vícios de actuação e erros de acção, quer no aspecto económico quer social e político.

Estamos cheios de administradores de mãos sujas, dirigentes venais, políticos trapaceiros e calculistas, mistificadores que levantam o seu património pessoal a golpes de corrupção, de lisonja fácil e gratuita, de habilidades que só não são saloias porque, mais acima, de saloios estão os quadros cheios.

É profundo desapontamento para toda a gente séria a facilidade com que, nas cotas superiores da pirâmide, se trai a própria inteligência, se compromete a honra e verticalidade das atitudes, se transige, se calam escândalos, se tira o chapéu à nulidade atrevida, se estende a mão ao calculista audacioso.

Compromete seriamente a sua honra quem se senta à mesa do desonrado.

Pode ser duro este sermão, mas é a única forma verdadeiramente expressiva de dizer a verdade.

Aqueles que se sentirem tentados a tomar esta reflexão como fruto dum hora de pessimismo

asseveramos que o quadro é bem pior do que a pintura que a traço largo aí fica, menos que esboçada.

O «Cávado» pretende exercer a sua missão de alertar, de tratar os problemas em linha recta, de denunciar, de clamar ainda que no deserto. Temos uma grande esperança e uma profunda fé na capacidade do homem para construir e redimir-se.

Não lhe comprimam as margens. Deixem-no correr.

Não lhe ponham diques.

O jornal vai viver da nossa fé, da nossa firme decisão de construir, de criar, de agarrar à mão o futuro. Quer dizer que vai haurir no infinito.

Não lhe ponham diques.

O dique pode encharcar águas de curso precário. Mas se a corrente vai haurir no infinito, a mole cresce, a força da água rompe o dique.

...E se o não romper, a água transborda, e a purificação surge em catarata, aquela altíssima queda que no céu levanta arco-iris de beleza, arcos de aliança, que unem e chamam para o alto.

Quis potest capere capiat.

Sob o signo da continuidade

(Continuação da página 8)

Graças a esta harmonia, Que é, realmente, um mysterio, Havendo tantas facções, O governo, o ministério Ganha sempre as eleições Por enorme maiorial

Havendo tantas facções, É realmente um mysterio.

Não se duvide de que quem detém o poder está sempre mais apto a distribuir benefícios materiais a que o cida-

dão adere cada vez com mais facilidade. Além de que a força do poder não deixa, em certo campo, de ser mais convincente praticamente do que qualquer outra força.

A verdade é que as razões sensíveis se sobrepõem às razões da inteligência ou da moral social nesta «luta» que se trava.

E assim, a curto prazo, não duvidemos que continuaremos a viver sob o signo da continuidade.

A. C.

O CASO DE AVEROMAR

(Continuação da página 5)

Padre Angelo reveste um carácter profundamente penal pois seria transferido para uma paróquia inferior. E este é mais um motivo para tirar todo o valor à decisão do Prelado pois que o recurso, em tal caso é «in suspensivo».

Postas assim as coisas, quem está com o Direito é o Padre Angelo. Quem está a actuar abusivamente é Mons. Quesado e o Prelado de Braga.

Se outra coisa não houvesse, bastava ter surgido a dúvida para que a mais elementar prudência pastoral levasse o Prelado de Braga a aguardar a decisão de Roma, pois também o Prelado é falível e está sujeito a superiores.

Aliás, não se compreende de modo algum toda esta pressa em Averomar onde o Padre Angelo é querido pela gente e onde reina a paz, comparada com a actuação noutras paróquias. É isto que, além de infringir o Código e o Vaticano II, intriga muito boa gente: nos locais onde há perigo pastoral para o bem das almas,

tenta-se tudo por tudo para manter na paróquia o pároco; onde o padre é bem visto pelo povo, é corrido da paróquia para bem das almas (mas almas de quem?).

Muito estranho é o cuidado pelo «bem das almas» em Braga! e menos que a maior parte da população careça de alma, porque privilégio de meia dúzia!!

Como apontamento final diremos que de bom grado aceitaremos o diálogo que tente clarificar factos tão estranhos e que tanta apreensão causam no bom povo desta gloriosa arquidiocese, que contribua para esclarecer dois problemas fulcrais:

a) Necessidade urgente de uma revisão radical da Concordata.

b) Maior participação dos sacerdotes na aplicação dos decretos do Vaticano II e na luta pela defesa da própria honra, fama e bom nome e demais direitos através de associações livres e influentes.

CARLOS NUNO

SOFIR — SOCIEDADE DE TURISMO DE OFIR

Sob o signo da continuidade

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

CAPITAL 9 500 000\$00

Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas:

1. O ano de 1971, a que respeitamos as contas que submetemos ao vosso exame, caracterizou-se pela consolidação das estruturas do nosso conjunto hoteleiro, pela introdução de melhoramentos nas instalações, quer interiores, quer exteriores.

O Hotel de Ofir, com as suas magníficas zonas de convívio e com as suas instalações desportivas e de recreio aprimoradas, é hoje, sem favor, um dos mais importantes complexos hoteleiros do País, além de, também sem favor se poder considerar o mais significativo polo de atracção turística de todo o Norte do País.

Na verdade, durante o ano findo, a taxa de ocupação do nosso Hotel aumentou consideravelmente, para o que muito concorreu a qualidade das suas instalações, que sem dúvida satisfazem hoje o turismo internacional mais exigente.

Além, para este crescimento da taxa de ocupação muito concorreu, por outro lado, a incansável actividade do nosso concessionário, Sr. Rui Lúcio Costa Ferreira Gomes, a quem Ofir está devendo muito do seu progresso turístico, graças não apenas à eficácia da propaganda que tem efectuado além fronteiras, mas também ao dinamismo do seu esforço na defesa dos interesses da região a que se tem consagrado com fervoroso entusiasmo.

2. Outro facto a assinalar referente ao exercício de 1971 refere-se à projectada urbanização dos terrenos da nossa empresa e à construção dos três primeiros edifícios em altura (torres), cujos trabalhos preliminares já se encontram concluídos (projectos, cadernos de encargos e condições dos concursos).

Estes vultuosos empreendimentos, que dentro de dias serão adjudicados a empreiteiros, idóneos muito virão valorizar, não apenas o património da nossa empresa, mas sobretudo o aglomerado urbano de Ofir, que assim, gradualmente, se irá transformando numa vasta zona turística devidamente apetrechada com tudo quanto é necessário ao seu progressivo desenvolvimento.

A este respeito podemos anunciar que ainda no corrente ano de 1972 se iniciarão as obras de construção das referidas Torres.

3. Depois de feitas todas as amortizações permitidas por lei, as contas que apresentamos à consideração de V. Ex.^{as} apresentam um saldo negativo de 5 070 277\$13.

Os investimentos efectuados durante o ano de 1970 e durante o exercício findo, pelo seu grande volume, forçaram-nos ao recurso do capital alheio e aos consequentes encargos financeiros. Foram estes, sobretudo, que maior expressão tiveram nos gastos efectuados em 1971.

Ao referido saldo negativo de 1971 propomos que transite para o exercício seguinte.

Resta-nos testemunhar os nossos agradecimentos ao franco espírito de colaboração do concessionário do nosso Hotel, Sr. Rui Lúcio Costa Ferreira Gomes, assim como aos ilustres membros do

Conselho Fiscal pela atenta e cooperante assistência que sempre nos prestaram.

Ao pessoal da nossa empresa louvamos o zelo com que a têm servido, a ela consagrando toda a sua inteligência e a maior dedicação.

Ofir, 17 de Janeiro de 1972.

O Conselho de Administração:

António Brandão Miranda — Presidente.
Sociedade Agrícola da Romaneira, S. A. R. L.
Manuel Jorge Correia de Matos.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas:

No cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal tem a honra de submeter à apreciação de V. Ex.^{as} o seu parecer sobre o Relatório, Balanço e Contas apresentados pelo Conselho de Administração, que se encontram elaborados com a maior exactidão, sem margem, portanto, para quaisquer reparos, até porque a valorização das existências se processou de acordo com a lei e os hábitos da empresa, sem qualquer mudança nos prudentes critérios valorimétricos até agora adoptados.

Durante o exercício sempre nos foram concedidas pelo Conselho de Administração as maiores facilidades, a ponto de, não só este Conselho Fiscal ter podido bem cumprir as suas funções fiscalizadoras, como até acompanhar de perto a evolução dos negócios sociais.

Nestes termos, somos de

PARECER

- 1.º — Que sejam aprovados o Relatório, Balanço e Contas respeitantes ao exercício de 1971;
- 2.º — Que seja dado ao saldo da conta de Resultados do Exercício a aplicação proposta pelo Conselho de Administração;
- 3.º — Que louveis o Conselho de Administração, pela competência com que geriu os interesses da Sociedade;
- 4.º — Que acompanheis o Conselho de Administração no seu agradecimento ao pessoal da empresa, pelo zelo com que a serviu durante o exercício findo.

Ofir, 19 de Janeiro de 1972.

O Conselho Fiscal,

Carlos de Oliveira Martins — Presidente.
António José da Costa Leme.
Manuel Pinheiro Borda.

Amores ao abandono!...

Lemos, em tempos, um extenso artigo, onde fielmente se retratava o intencional abandono a que tudo está votado na centenária sede do concelho de Amares.

Esperou-se, pacientemente, que algo de positivo resultasse do real apontamento das minuciosas particularidades descritas, mas o certo é que o facto não passou de mais um clamor no deserto, recebido, quem sabe, até com o costumado gáudio.

A semente, embora bem e oportunamente lançada, caiu no caminho e continua, ainda, a ser pisada.

Referia-se, então, que, das muitas sedes de concelho conhecidas, Amares era, sem dúvida, das mais pobres, o que é inconcebível numa época em que o Governo da Nação, animado do «mais e melhor», distribui dinheiro, com a maior prodigalidade de todos os tempos.

Trata-se, sim, de um concelho pobre, mas os seus recursos igualam ou superam, com certeza, os de tantos outros em idênticas circunstâncias e nos quais há asseio, interesse e diligência para os valorizar e embelezar a respectiva sede.

Aqui, nem ao menos se procura conservar o pouco existente e devido à tenacidade e esforço de sãos portuque-

ses, cuja memória nos é grato recordar.

Do seu jardim, outrora florescente, há apenas uns restos de relvado e algumas flores, tudo com tendência para o desaparecimento total.

Na parte norte do Largo de D. Gualdim Pais, continuam a crescer ervas bravias, próprias duma charneca e não dum ridendo concelho minhoto.

As obras do Largo, iniciadas há mais de três anos, ficaram indefinidamente interrompidas, não se sabe porquê, e o seu estado é pior do que o primitivo.

Com a colocação do cabo telefónico dos CTT, subterrâneo, danificaram-se os bancos, nos quais foi feita uma grosseira reparação.

A iluminação pública continua nas mesmas circunstâncias, deficiente e com material em péssimo estado, sendo de salientar que, em determinadas freguesias tal não sucede, possivelmente, por uma questão de simpatia.

O sólido edifício dos Paços do Concelho, outrossim, peca gravemente, pela falta de asseio interior e exterior, quando devia primar pela limpeza, que só prestigiaria a terra, os serviços e as pessoas que, por obrigação, o frequentam.

Há caminhos públicos que, durante o inverno, ficam

quase intransitáveis, como são os de acesso aos lugares do Extremo, Granja e Lagarto. Pergunta-se novamente: porque não há equidade de tratamento em relação às diferentes localidades, designadamente, dentro da área da vila?

Disse, um dia, sabiamente, Leão XIII: «É necessário que todos compreendam que o poder político não é para servir o interesse privado de ninguém e que as funções públicas devem ser desempenhadas para vantagem não dos que governam, mas dos que são governados».

Infelizmente, estas advertências passam despercebidas, muitas vezes, mesmo àqueles que mais obrigação têm de as respeitar e fazer cumprir.

E é desta forma que fazemos nossas as referências, como atrás dissemos, já publicadas, que, ao que se vê, nenhum efeito surtiram.

Aqui fica mais um veemente apelo do povo de Amares junto do Governo, para que sejam limadas as perniciosas arestas com que o mesmo vem sendo tão ferido.

E uma coisa é certa: não podem prevenir-se efeitos sem eliminar as causas e estas sendo, como são, evidentes, dispensam mais demonstrações.

execução de planos ou aumentar os deveres de outros na mira de atingir espaços de liberdade onde a sua acção seja exercida com menos dificuldades.

O crescimento do poder do Estado e das elites governamentais a que vimos assistindo, é reflexo nítido duma necessidade da existência dum clima de paz onde possa exercer-se o comando sobre as forças sociais, em vista à realização do seu ideal de bem comum; convictas de que se encontram na posse da única verdade que pode conduzir a este fim, estando na posse de toda a máquina informativa que a nação possui, sendo as únicas possuidoras duma organização capaz e cheia de experiência vivida em continuidade quase sempre calma, na «luta» que se trava no período eleitoral, tem sempre o Governo nas mãos o comando duma afinada orquestra capaz de promover a sua vitória eleitoral. É David e Golias que se defrontam, mas aquele sem possuir a funda e a pedra de que, na luta bíblica, se serviu para vencer o Gigante.

A luta travada é, aliás, sempre desigual. O Governo vai amolecendo a vontade do povo, distribuindo benefícios palpáveis através de meios materiais retirados da comunidade sob a forma de impostos ou contribuições pagas por elementos individuais ou colectivos da sociedade — melhoria dos serviços de saúde, de previdência, de salários ou pensões, etc.; a oposição ou oposições nada podem oferecer de palpável e limitam as suas promessas a bens de outra ordem tais como o gozo das liberdades fundamentais, da igualdade de todos perante a Lei e pouco mais. Mesmo assim os seus elementos são obrigados a contribuir — em contribuições e impostos, — para os benefícios sociais oferecidos objectivamente pelo Governo: este será um dos paradoxos mais em evidência no actual período eleitoral.

Consequentemente o amolecimento geral assinalado cria uma atmosfera que só pode ser favorável à vitória, mais ou menos expressiva, dos candidatos da ANP que, apesar de ser uma organização cívica e apolítica, apadrinha os candidatos escolhidos ou aprovados pelo Governo — os que apoiam, a todas as vozes, os seus actos administrativos.

No ponto destas e quejandas eleições não estaremos muito mais adiantados que no tempo de João de Deus quando escreveu no seu «Campo de Flores» o seguinte, a propósito de eleições:

Ha entre el-rei e o povo
Por certo um acordo eterno:
Forma el-rei governo novo,
Logo o povo é do governo
Por aquele acordo eterno
Que há entre el-rei e o povo.

PERGUNTAS - OPINIÕES - SUGESTÕES - CRÍTICAS

Porque se não desejam aulas de moral?

(Continuação da pág. 7)

É facto sabido a repulsa dos jovens pela aula de moral nas escolas oficiais.

Foi, de-certo, na persuasão de que a dita aula pouco interessava à juventude, que o Governo decidiu torná-la facultativa, dependendo da opção dos pais.

O resultado está à vista: a frequência desceu, em certas partes, com aspectos de verdadeiro escândalo.

Alguns deram de gritar que a liberdade de opção deixada aos pais pelo Estado era um crime. E vá de pedir, em altos berros, que se torne obrigatória a referida aula.

Pelo visto, desejariam que voltassem os belos tempos da Idade Média, em que se obrigava toda a gente à desobriga, na Páscoa. Tal como agora, em tantas comunhões colectivas, que levam consigo, quase, a obrigatoriedade duma confissão e comunhão sacrílegas...

A parte a descida brusca de inscitos nas aulas de moral e a chamada oficial aos pais para que não se esquecessem de pedir a referida aula para os filhos, nada mais se fez.

Dois terríveis sinais dos tem-

pos: a) — o desinteresse dos jovens pela aula de moral e b) — praticamente a mesma repulsa dos pais por ela, dado que nem providenciaram, antes, no sentido de pedir a dita aula para os filhos, nem se importaram com que tal tivesse acontecido, porque os filhos decidiram por si, sem os consultar, libertar-se da referida aula...

Entramos no silêncio das coisas sem interesse. Ninguém quer saber que motivos haverá, na origem do facto: filhos e pais não querem a aula de moral.

Antes do mais, há uma razão: todos eles estão convencidos da nulidade prática dessas aulas. Não servem para cousíssima nenhuma, segundo eles. Terão razão?

Mas há fortes motivos de repulsa a fundamentar a indiferença, o neutralismo de pais e filhos em relação às ditas aulas de moral.

Em certas partes, dir-se-ia ocuparem-se de tudo, menos de moral.

Assim, em certa escola, o professor (sacerdote) teria pedido aos alunos que escrevessem os palavrões que conheciam. Um deles só conhecia dois.

O mestre (!!) estranhou: — Só dois?

— Só, veio o aluno envergonhado por não conhecer palavrões. — Cópia dos vizinhos...

E o aluno copiou, assim perdendo a vergonha.

Noutra aula, o professor (sacerdote) teria pedido às alunas ou alunos que trouxessem os livros de sexualidade que tivessem em casa. Eles obedeceram. Mostrou um:

— Este fico eu com ele...

Dum Governador Civil sabemos que bateu na filha por ela ter pedido à mãe, a conselho do professor de moral (sacerdote), um livro sexual ou por o ter levado para casa a fim de ler, a conselho do dito mestre (!!).

Estes factos são verdadeiros?

Se o são, são gravíssimos.

Que fazer?

JORGE DA SILVA

N. R. — Tem toda a razão. Acharmos que o caso deveria ser analisado a frio pelo Povo de Deus. Mas como levá-lo a tomar consciência da gravidade do facto?

Bem, algo teremos que fazer. Mas o quê? Pelo menos, já fizemos alguma coisa: a denúncia profética do facto.

Ao correr da pena

Com estes exemplos...

Na reunião de 11 de Setembro da Assembleia Geral das Nações Unidas, o ministro dos Estrangeiros, de Cuba, insultou o ministro dos Estrangeiros, do Chile e ameaçou-o de morte.

— Há anos, Kruchev, então o maior da União Soviética, bateu com um sapato na secretária, afim de reforçar os argumentos que expunha.

Com exemplos desta natureza como havemos de ter uma sociedade bem educada?

Desinteligências em casa

«Consciência Nacional», Boletim interno, n.º 21, da Liga Popular Monárquica (Zona Norte), escreveu: «Mas a Causa, que noutras alturas tem por palavras aconselhado os monárquicos a votarem nos candidatos republicanos e não nos candidatos monárquicos, decidiu, agora, com o seu silêncio, impedir que os monárquicos pudessem realizar um encontro político, a exemplo do que as outras correntes têm feito».

Ameaça grave

Abderrahan Khene, secretário Geral da Organização de Países Exportadores de Petróleo, declarou numa reunião de Industriais da Alemanha Federal que o mundo só poderá dispor do petróleo como fonte de energia durante os próximos 30 anos.

Negócio rendoso e prejudicial...

As famílias espanholas desembolsaram, neste ano escolar, para o ensino geral básico, sete mil milhões de pesetas.

Um inquérito forneceu estes elementos: em 1964 a despesa média por cada aluno em livros de texto e material escolar foi de 369 pesetas; em 1970, foi de 800 pesetas; no curso deste ano foi de 1250 pesetas.

Todos os anos os livros são melhorados, alterados ou transformados... pelo que é necessário comprá-los de novo.

A imprensa espanhola apresenta duas soluções para o problema: ou texto único para toda a Nação de forma a que só se pague o custo ou a fiscalização dos preços.

O comércio não tem fronteiras

A sociedade italiana «Montedison» — quinta empresa italiana quanto a elaboração e segunda quanto a pessoal — assinou um contrato com os responsáveis de três organismos estatais soviéticos para a instalação da indústria química no valor de seiscentos milhões de dólares.

Sobrancelhas a ideologias e racismos

Em Washington o Senado aprovou Henry Kissinger para Ministro dos Estrangeiros, e a «London School of Economics» nomeou Director desta prestigiosa organização a Ralf Dahrendorf.

O que há de interessante nestas nomeações é o seguinte facto: ambos são alemães.

Kissinger fugiu aos nazis, tendo doze anos, e naturalizou-se americano; o professor Dahrendorf continua a ser alemão, cujo país — República Federal — representava no Mercado Comum.

Foi deputado, secretário parlamentar de Estado, professor de sociologia em três universidades, tendo-se doutorado, precisamente, nesse ramo da economia na «London School of Economics», que é neste momento a escola superior mais contestatária iconoclasta e desassossegada ao mesmo tempo que é a mais eficiente e de maior prestígio da Inglaterra.

Pois a Inglaterra procurou no estrangeiro o homem a quem confiaria a grave responsabilidade da educação desse famoso centro de ensino!... E isto na Inglaterra anglo-saxónica!...

J. V.

UMA FIGURA DE RELEVO

Engenheiro António Augusto Ferreira Machado

Foi a enterrar, há dias, em jazigo de família, na freguesia do Louro, Famalicão.

Aos mais novos, o nome nada diz. É zero! e, no entanto, o saudoso extinto foi alguém, pelo menos no norte do país anos atrás.

Ainda não havia emigração em massa. Nem industrialização. Nem urbanização. Nem fuga dos campos!

As populações acumulavam-se aí, nas aldeias perdidas na serra, isoladas, fechadas sobre si, num mudo desespero, ansiosas de melhor vida, de mais e de melhor.

A Guerra Civil de Espanha, a insegurança da Europa, depois a II Grande Guerra, obrigaram os homens a imobilizar-se por cá, presos ao volfrâmio, uns, mas a quase totalidade de alma aos pés, exânicos, sem coragem e sem esperança.

Foi um dos períodos mais graves debaixo do ponto de vista económico do país.

Pois foi neste período, que, chegado o momento de tornar possível mais uma fase da revolução de Salazar, os Serviços Florestais entraram de arborizar os baldios, para o efeito mobilizando imensa gente desempregada.

Na economia paralizada da época, sem dinheiro, sem esperança de o vir a ter, os salários que se começaram a pagar dinamizaram bastante a vida social das aldeias, até então perdidas na imensidade do seu isolamento e do seu desespero.

No entanto, as dificuldades eram enormes. As populações das aldeias opunham-se de morte à arborização. Habitadas a dispor dos baldios a seu talante, eram obrigadas a privar-se deles, isto

é, de gafo à soita, do dinheiro daí advindo.

Sem a boa vontade dessas populações, impossível levar avante a arborização em perspectiva.

Como atraí-las! Como mentalizá-las!

Foi aí que o Eng.º Machado se revelou homem prudente, de larga visão, o homem do momento.

Contactou com os párocos, dialogou com eles, fazendo-lhes ver os benefícios que viriam directamente para as povoações, até então perdidas no isolamento das serras.

Teriam estradas, telefone, médico à porta, transporte por camionete dos produtos, empregos vários.

E todo o norte aceitou prontamente a ideia, logo se vendo estradas rasgarem as serras, o telefone preparar às aldeias mais isoladas, o médico chegar, e, com ele a saúde e os remédios.

E dinheiro. E emprego. A vida local dinamizou-se, mexeu-se. As

aldeias começaram a ter esperança no futuro.

Depois veio a emigração, dinheiro a rodos, automóveis, o luxo!

Não se lembram os de agora que, sem as estradas do Eng.º Machado, sem o telefone, sem a sua presença amiga e generosa, os automóveis ficariam nas vilas. O telefone seria um luxo!

Ao descer ao túmulo, queremos recordar esse homem generoso, cheio de bondade, cavalheiro cem por cem, que viveu em cheio a vida rústica nos seus anseios e nos seus problemas.

Sem a etapa que ele iniciou, impossível seria a vida civilizada de hoje. Civilizada debaixo do ponto de vista material, é claro.

Sem ele, desde Bragança a Castro Laboreiro, os baldios continuariam baldios?

O «Cávado» presta esta sua homenagem ao ilustre extinto, destacando uma faceta preciosa do seu carácter e da sua vida.

(Continuação da pág. 10)

sequências, sobretudo económicas, seriam muito importantes contra Washington.

Por outro lado, a formação do triângulo constituiria sem a Rússia e sem a China, um colosso económico mundial.

Está-se a ver que nem Moscovo nem Pequim gostariam do triângulo, até por-

que constituiria a formação de um bloco económico capaz de dominar o mundo, estabelecendo-se, novamente, a concorrência e a luta.

O Japão não pode olvidar nem a situação geográfica nem o passado histórico: lutas com a China e esmagamento do Japão, pelos Estados Unidos.

A guerra das armas está afastada, mas a volubilidade

da política transitou para os acordos comerciais e, portanto, políticos.

O Japão é cortejado pelos grandes, mas sabe muito bem que, em tudo, sobretudo no comércio, só contam os interesses.

Por esta razão é que Tóquio procura contactos bilaterais que ajudem a manter e a aumentar o dispositivo económico.

Daí a aproximação com a China, e a ida a Moscovo, que lhe abrem perspectivas comerciais extraordinárias.

Pode acontecer, por esta razão, que o Japão não queira as solidariedades políticas que agora lhe oferecem a não ser na medida em que não se opõem à política bilateral, que está a usar.

JÚLIO VAZ

Crónica internacional

Quem somos? A que vimos?

(Continuação da 1.ª página)

imprensa aberta a todas as vozes e a todos os problemas, que incentive o confronto de pareceres, anime ao diálogo respeitoso e fecundo.

A que vimos?

Pois a isso viemos: a congregar em mesa redonda todos os homens de boa vontade, de todas as etiquetas e opiniões, que o queiram. Uma única limitação lhes pomos: o respeito da lei, das instituições e das pessoas, o mesmo respeito, cortesia e gentileza, nas maneiras e no modo de falar.

Parece-nos que a Carta dos Direitos do Homem bastará como somatório de valores a respeitar e defender e será nossa preocupação vivê-la a todo o custo. Para alguns, será pouco, mas está já tudo, todos os grandes valores, pelos quais vale a pena viver.

Independente, «O Cávado» aperece hoje em novos moldes anunciando algo do que pretende ser.

Entretanto serão definitivamente organizados todos os serviços.

A partir de 1 de Janeiro de 1974, será a arrancada definitiva, embora a porta fique desde já aberta e possam aparecer antes outros números.

A luta será dura e tenaz em ordem a levar ao Minho o dinamismo que se impõe a uma província de especiais responsabilidades, ainda hoje, na vida nacional.

«Aqui nasceu Portugal» e aqui deveria nascer todos os dias em acções pioneiras e ideias-piloto. O mal é que, desde há anos, que Braga e o Minho se dimitiram dessa liderança secular, desse pioneirismo de sempre.

Ameaçado de se transformar em deserto, — a emigração, a urbanização, a industrialização ... — ninguém se dá conta do fenómeno, nem a igreja local, alheios às realidades ambientais.

Vivemos nesta hora de transmutação vertiginosa e queremos — e havemos ... — levar o Minho a acertar o passo pelos seus destinos gloriosos, guiados por uma tradição-dinâmica em ordem ao seu futuro grandioso e glorioso.

Independente, «O Cávado», como tal, não alinha com ninguém. Cada um dirá nele, em diálogo ou mesa redonda, o que lhe parecer e à sua inteira responsabilidade.

Ao jornal caberá tão só promover e incentivar o diálogo, dele tirando as conclusões que ajudem a formar-se uma opinião pública consciente e activa, desejosa de se comprometer na solução de todos os problemas de ao de — redor.

Todos os problemas serão tratados. Todos! ... E por quem os quiser tratar. E como quiser tratá-los.

Somos uma Sociedade pluralista e temos de nos entender nela.

Pedra no charco, chicote na paralisia, dinâmica, vida: isso seremos.

A opinião pública terá um lugar especial no semanário. Aí todas as opiniões serão aceites, condicionadas, é claro, ao limite atrás referido.

Mesa redonda permanente, essa secção — «E a você que lhe parece?» — estará aberta a todos e de modo especial aos que não têm voz e aos problemas tabus: aos ciganos de todos os tempos, aos desprotegidos, aos infelizes ...

Não mais consentiremos Palácios de Justiça ou Ritos Bracarenses que são remetidos a um silêncio omnímodo, como se tratara de crime público falar neles.

Temos a consciência de iniciar uma nova época para o Minho: a de valer à sua alma, ameaçada nos valores mais íntimos, mais característicos, mais seus.

Quando o turismo em massa e de massa, a emigração, a urbanização, a industrialização levam consigo as velhas estruturas arcaico-agrícolas ultrapassadas e fossilizadas, nós vimos para pressionar a transmutação duma alma morta para a que há-de ser a do futuro.

Venham todos os minhotos ajudar-nos, tais como são, com suas etiquetas e de todos os escalões sociais.

Todos não seremos de mais para fazer deste Minho (que morre) o Minho de amanhã, o Minho de sempre ...

Não negamos a ninguém o sagrado direito da defesa e do esclarecimento. Só pedimos que nos tratem com o espírito aberto, como nós tentaremos fazer.

Aceitamos todas as opiniões, mesmo em total desacordo com os directamente ligados ao jornal.

A FEIRA DA LADRA em Vieira do Minho

O «Comércio de Vieira», de 13-X-1973, diz-nos como ela foi este ano.

«Decorreu com grande animação e foram muito concorridas as Festas do Concelho, tradicionalmente conhecidas por Feira da Ladra.

Muitos milhares de pessoas, vindas de vários pontos do país, encheram de lés- a-lés as ruas, praças e largos desta donairoza e progressiva vila, que se vestiu de gala e se alindou para receber os seus hóspedes. A hospitalidade da nossa gente, o tipicismo único destas consagradas festas, que desde tempos imemoriais são a alegria das massas populares, que já as não dispensa, e o dia de sol radioso foram razões bastantes para a afluência verificada.

A nova e ampla avenida com uma faixa de rodagem de cerca de 10 metros, vasa-da de Entre-as-Devesas a Cubos, solucionou, sem dúvida, o problema de trânsito, não se tendo repetido os engarrafamentos que se registavam anteriormente.

O programa foi integralmente cumprido e manteve os atractivos propícios das grandes festas: alegres e vistosas ornamentações, grande arraial minhoto, feéricas iluminações, grandiosas sessões de fogo de artifício e um enorme parque de diversões, que funcionou até altas horas da noite e foi muito concorrido. Lamentamos, no entanto, que mais uma vez não se tivesse iluminado a fachada do belo edifício do Paços do Concelho, o que sempre constituiu motivo de atracção e de embelezamento e constituía como que a cúpula das ornamentações.

A presença das bandas de música de Gueifães (Maia) e de Revelhe (Fafe), valorizaram as festas e os seus concertos foram apreciados e aplaudidos pela enorme assistência que rodeava os respectivos coretos.

No vasto recinto da Feira foram montadas numerosas barracas e tendas de vendedores ambulantes, onde se viam expostos os mais variados artigos mantas e tapetes regionais e outros artigos de utilidade e barracas de *comes e bebes*.

Integrado nas festas, foi realizado um Concurso Pecuario de gado bovino, promovido pelo Grémio da La-

voura e subsidiado por diversas entidades e pela Comissão de Festas».

Quando o turismo for uma realidade cá pelo norte, a Feira da Ladra terá que ser inscrita no calendário do Minho, como um dos elementos de mais valia.

Vieira do Minho é uma região ímpar, sem dúvida das

mais belas e aptas a um turismo de massa e de escol. Caça, paisagem, pesca, montanha e vale, barragens, e, ao mesmo tempo, em suma, tudo quanto pode despertar o interesse, ávido e guloso, dos raffinées do turismo, ela possui no mais alto grau.

Pois tome-se nota na agenda — e quanto antes —, o estudo de pormenor do caso afim de atrair cada vez mais numeroso público, assim nacional como estrangeiro.

Crítica Literária

GUIA PARA EL ESTUDIO DE LA EDAD MEDIA GALLEGA (1100-1480).

Guia para el estudio de la Edad Media Gallega, Santiago Ximenez Gomez. Editado pela Universidade de Santiago de Compostela, é o 23.º volume da Colecção Monografias de la Universidad de Santiago de Compostela.

Ocioso destacar a importância deste livro para os que pretendem conhecer a Idade Média Galega e, juntamente com ela, a de Portugal.

O interessado encontra nestas páginas a relação pormenorizada de todos os documentos inventariados pelo autor, situando-os no tempo e no espaço, isto é, dizem-

do-nos de que época são, onde se encontram e de que tratam.

Quem pretenda esmerilhar a história efervescente da Galiza, sobretudo nesse caminho, que foi a Idade Média, aqui encontra as pistas que podem guiá-lo no dedalo da grande aventura.

O autor pesquisou muito a sério todos os arquivos, onde podiam achar-se documentos relativos ao assunto em epigrafe: Madrid, diversas instituições, arquivos regionais, provinciais e religiosos.

Graças a tal estudo de pormenor, conseguiu reunir inúmeros documentos, que nos permitem agora, trabalhar com toda a segurança numa época extremamente difícil.

Crónica Internacional

Kaknel Tanak, Presidente de Ministros do Japão, fez uma larga viagem política pela Europa. Esteve em Paris, Londres, Bona e Moscovo.

O crescimento económico do Japão — é hoje uma das primeiras potências económicas mundiais — e a situação geográfica dão-lhe uma extraordinária importância.

Assim os dirigentes de Pequim desejam uma Europa Ocidental forte diante dos Estados Unidos e da União Soviética, e determinados políticos, aceitando uma tal proposta, acham no entanto, que o Japão se lhes deve unir a fim de constituírem uma notável força política e económica.

Tanaka, como responsável da política japonesa, intensificou-a no plano externo, abrindo a porta para a China Continental, que Washington lhe havia fechado.

Também Moscovo se abriu à visita de Tanaka, bem como a União Soviética se abriu ao Japão. Por seu lado, os dirigentes de Washington também procuram aproximar-se, cada vez mais, de Tóquio, fazendo-o em boa democracia e não pela força como o fizeram desde o termo da última Grande Guerra Mundial.

O Japão interessa a todos, e ninguém o quer como rival. Por isso Kissinger, o novo Secretário de Estado para o Estrangeiro, dos Estados Unidos, fez a proposta de um triângulo político, o qual teria em cada um dos lados os Estados Unidos, a Europa Ocidental, e o Japão.

A proposta é hábil visto que, da parte dos Estados Unidos, se afastava, o receio da aliança da Europa Ocidental com o Japão, cujas con-

(Continua na pág. 9)

CANDIDATOS DA A. N. P. PELO DISTRITO DE BRAGA

Os candidatos pelo distrito de Braga são os srs. dr. Baltazar Rebelo de Sousa, dr. Camilo de Freitas, eng.º Duarte do Amaral, dr. F. Carvalho Conceição, dr. Oliveira Ramos, dr. Teotónio Rebelo de Andrade de Castro e António Alberto Meireles de Campos



Fundado por João Amândio (Esposende)

Director e Proprietário
JOSÉ BERNARDINO AMÂNDIO

Redacção e Administração

Praça Conde de Agrolongo, 118 — BRAGA
Telefone 23551

Composto e Impresso na Livraria Editora Pax — Rua do Souto, 75 — BRAGA